



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Relatório de Execução do Programa Rumos Ano 2007



Índice

4	Nota introdutória
5	Sumário Executivo
7	1. Introdução e enquadramento do Programa
7	1.1. Processo de preparação do Programa
9	1.2. Apresentação e operacionalização do Programa
12	1.3. Evolução da conjuntura económica regional
20	1.4. Modificações do contexto socioeconómico
21	2. Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo
21	2.1. Gestão e acompanhamento
24	2.2. Avaliação
26	2.3. Sistemas de Informação
27	2.4. Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
29	3. Análise do progresso do Programa Rumos
29	3.1. Fluxos financeiros com a Comissão Europeia
29	3.2. Candidaturas apresentadas, aprovadas e excluídas
29	3.3. Execução financeira do Programa Rumos e por Eixo Prioritário
29	3.3.1. Financiamento aprovado e despesa executada
29	3.3.2. Utilização da Assistência Técnica
30	3.4. Execução física do Programa Operacional por Eixo Prioritário
31	4. Acções de divulgação, informação e publicidade
38	5. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional
39	6. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias
40	7. Evolução previsível para o ano seguinte
43	Anexos

Índice de Quadros

Quadro 1 - Momentos mais determinantes no processo de negociação do Programa	8
Quadro 2 - Eixos Prioritários do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM	9
Quadro 3 - Montantes Programados	10
Quadro 4 - Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade em 2005	14
Quadro 5 - QREN - Previsão dos Pedidos de Pagamento Intermédio à CE para 2008	41
Quadro 6 - Ficha de Programa (Anexo 1)	43
Quadro 7 - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (Anexo 2)	44
Quadro 8 - Indicadores de Realização Física (Anexo 3)	45
Quadro 9 - Indicadores de Resultados (Anexo 4)	46
Quadro 10 Quadro – P&I – Rumos (Anexo 5)	47

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução 1995-2005 do Índice de Disparidade do PIB per capita (UE27=100)	12
Gráfico 2 - Taxa de variação 2004/2005 do PIB da RAM e do total do país (em volume)	12
Gráfico 3 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2005 (PT=100)	13
Gráfico 4 - Estrutura do Valor Acrescentado Bruto na RAM	13
Gráfico 5 - Evolução da FBCF na RAM	15
Gráfico 6 - Evolução 2000-2005 do Índice de Disparidade da Produtividade (UE27=100)	15
Gráfico 7 - Índice de Disparidade da Produtividade em 2005 (PT=100)	16
Gráfico 8 - Poder de Compra das NUT II em 1995 e 2005	16
Gráfico 9 - Indicador per capita do Poder de Compra Concelhio	17
Gráfico 10 - Evolução da taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor	17
Gráfico 11 - Evolução do Comércio Internacional da RAM	18
Gráfico 12 - Evolução demográfica na RAM	18
Gráfico 13 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários 1995-2006	19
Gráfico 14 - Evolução do emprego e desemprego na RAM	19
Gráfico 15 - Estrutura do nível de instrução da população empregada na RAM	20

Lista de Siglas

AG	Autoridade de Gestão
BREPP	Beneficiário Responsável por Políticas Públicas
CA	Comissão de Acompanhamento
CE	Comissão Europeia
DRFP	Direcção Regional de Formação Profissional
EAT	Estrutura de Apoio Técnico
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FSE	Fundo Social Europeu
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional
IFC	Instituto de Gestão de Fundos Comunitários
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
IRE	Instituto Regional de Emprego
PDES	Programa de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Plano Estratégico de Comunicação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PO	Programas Operacionais
POPH	Programa Operacional do Potencial Humano
POPRA	Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira
POVPHCS	Programa Operacional Valorização do Potencial Humano e Coesão Social
PRE	Plano Regional de Emprego
PRIO	Plano Regional de Igualdade de Oportunidades
PRO-EMPREGO	Programa Operacional de Emprego
RAM	Região Autónoma da Madeira
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SIDRFP	Sistema de Informação da Direcção Regional de Formação Profissional
SIIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
UE	União Europeia
UG	Unidade de Gestão
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Nota Introdutória

A Autoridade de Gestão (AG) apresenta, pela primeira vez em 2008, à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, um relatório anual sobre a execução do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Rumos (Artigo n.º 67 do Regulamento (CE) 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho de 2006), após o que o mesmo deverá ser apresentado à Comissão Europeia (CE).

A coordenação global do Relatório de Execução Anual coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Rumos, em articulação com os contributos de cada organismo associado à gestão, nomeadamente a Direcção Regional de Formação Profissional (DRFP) e o Instituto Regional de Emprego (IRE).

O Relatório agora apresentado seguiu uma estrutura simplificada da constante do anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro, em virtude de no primeiro ano, não ter existido conteúdo suficiente que permitisse seguir aquela estrutura. No entanto, pretendeu-se dar informação que possibilitasse a Análise Anual do Programa Operacional, de acordo com o estipulado no artigo n.º 68 do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

De referir que o relatório em apreço foi produzido num período particularmente exigente, por coincidir com o encerramento do Programa Operacional de Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM III) e o arranque do novo período de Programação, impondo aos intervenientes um esforço de trabalho acrescido às exigências das suas funções.

Sumário Executivo

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2007) 5334, de 26 de Outubro, o que permitirá à RAM co-financiar operações no âmbito da Componente Fundo Social Europeu (FSE).

O ano de 2007 coincidiu com o período de transição do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCAII) para o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013, acompanhado por mudanças significativas nas orientações e no modelo de governação das intervenções estruturais ao nível nacional.

Assinala-se a legislação produzida no ano de 2007, quer nacional, quer regional, determinante para a operacionalização do Programa Rumos, sendo o primeiro referencial normativo a destacar, o QREN, validado pelo Governo português através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho, e assinado com a Comissão Europeia em 2 de Julho de 2007, pois definiu as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período de 2007 -2013 e para a estruturação dos PO temáticos e regionais.

Para além da Legislação Comunitária e Nacional existente, tornou-se necessário criar os mecanismos legais Regionais que permitissem à Autoridade de Gestão ter bases para operacionalizar o Programa, sendo de destacar o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M que define para a Região Autónoma da Madeira o modelo de governação dos seus dois programas operacionais regionais previstos no âmbito do QREN.

Realça-se neste ano o arranque dos trabalhos da Autoridade de Gestão no que concerne à elaboração dos mecanismos necessários à implementação do Programa. No entanto, pelo facto de ter sido o ano das negociações do Programa, constituiu per si um constrangimento ao bom e atempado desenvolvimento dos instrumentos de aplicação do Programa, o que, aliado à circunstância de a aprovação dos Programas Operacionais do QREN ter ocorrido no último trimestre de 2007, dificultou a própria concepção e execução desses instrumentos.

As principais actividades determinantes para o arranque do Programa Rumos, desenvolvidas pela estrutura de gestão ao longo deste primeiro ano de implementação, foram nomeadamente associadas à definição de procedimentos internos, constituição e realização da primeira Comissão de Acompanhamento, constituição da Unidade de Gestão, aprovação dos respectivos Regulamentos Internos, critérios de selecção e por último as reuniões entre os órgãos de governação e igualmente das matérias associadas ao órgão de orientação política e estratégica. Por fim, desenvolveu-se ainda o Plano de Avaliação e deu-se início aos trabalhos de preparação do processo de concepção do Plano de Comunicação.

Durante o ano de 2007, quer a Autoridade de Gestão, quer os Organismos a serem objecto de delegação de funções de gestão, iniciaram igualmente os procedimentos internos subjacentes às medidas a adoptar para garantir a compatibilidade com as dimensões horizontais das políticas comunitárias, nomeadamente no que respeita a regras de contratação pública, igualdade de oportunidades e questões ambientais, mediante o desenvolvimento dos respectivos instrumentos específicos.

Em 2007 não foi pois possível concluir os regulamentos específicos, nem os formulários de candidatura com as respectivas instruções de preenchimento, tendo no entanto sido iniciado a elaboração dos Manuais de Procedimentos.

A Autoridade de Gestão, à semelhança do verificado para os restantes Programas do QREN, e em acordo com os Organismos a quem serão delegadas funções de gestão, optou por fazer uma apresentação oficial do Programa Rumos ainda no ano de 2007, embora nessa fase não se encontrassem reunidas as condições para o arranque efectivo do mesmo.

Ficou no entanto fixado que o período de abertura de candidaturas seria diferenciado consoante os Eixos que operacionalizam o Programa. As candidaturas no âmbito dos Eixos II e III poderiam ser apresentadas ao longo do ano, em regime de candidatura aberta, enquanto que no âmbito do Eixo I a apresentação de candidaturas

funcionaria em períodos fechados para a generalidade das tipologias de intervenção, com excepção das candidaturas apresentadas nas tipologias de intervenção 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.4, que funcionariam em regime de candidatura aberta.

Um apontamento para a Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa de 18 Dezembro de 2007, no contexto do lançamento do Programa Rumos, pelo alcance que se pretendeu conferir, inclusive com a grande campanha de informação e publicidade, iniciada em paralelo.

Devido à aprovação tardia do Programa, este ainda não regista nenhuma aprovação de operações, e por conseguinte não apresenta execução física e financeira.

O ano de 2008 será então o ano em que estarão criadas todas as condições necessárias ao arranque efectivo do Programa e ainda o ano em que a Autoridade de Gestão concluirá os trabalhos de descrição do sistema de gestão e controlo relativamente à organização e procedimentos a aplicar ao Programa Rumos, com o objectivo de, logo após a recepção do parecer de conformidade (disposto nos artigos 58.º e 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho), e tendo por pressuposto um cenário optimista de inexistência de reservas ao relatório, efectuar o primeiro pedido de pagamento intermédio à Comissão Europeia.

Fundamentalmente, consideramos que existem condições para que no ano de 2008 venham a ser implementados todo o conjunto de regras, regulamentos e normativos que constituem o quadro legal em que assenta o desenvolvimento dos Programas Operacionais. Desta forma, estarão ultrapassados os formalismos que permitirão a aprovação de candidaturas no âmbito deste Programa e como tal, é expectável que, atendendo aos níveis de realização de alguns projectos passíveis de apoio, seja certificada despesa.

Esta possibilidade, constitui uma vertente essencial para a Gestão, tanto no que concerne a uma efectiva operacionalização do Programa, como também, no que respeita à dinâmica que é necessária para o cumprimento da regra $n+3$, que recorde-se, tem no caso da RAM um patamar elevado que a programação estabelece.

Em suma, a reflexão aqui introduzida permite-nos antever progressos significativos para o ano subsequente, esperando-se uma recuperação dos atrasos verificados de modo a prever um início do Programa com um bom ritmo de execução.

I. Introdução e enquadramento do Programa Operacional

O primeiro capítulo do Relatório de Execução pretende descrever os momentos mais determinantes do processo de preparação e de negociação do Programa, apresentá-lo genericamente e ainda efectuar uma actualização do seu contexto socioeconómico, de modo a compreender todo o panorama externo que influencia a sua implementação na Região Autónoma da Madeira (RAM).

I.1. Processo de preparação do Programa

A elaboração do Programa Rumos teve por base o Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 (PDES 2007-2013), desenvolvido pelo Governo Regional da Madeira, no respeito pelas Orientações Estratégicas da Comunidade para a Coesão e as orientações do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

A elaboração deste instrumento de programação estrutural comunitária 2007-2013 beneficiou, de forma significativa, não apenas do exercício de planeamento e de programação concretizado pelo PDES 2007-2013 mas, sobretudo, da circunstância desse exercício de planeamento e de programação ter sido concebido e implementado de forma não apenas atenta à orientação estratégica dos investimentos e acções de desenvolvimento realizadas na responsabilidade financeira da Região mas também dirigida a enquadrar estrategicamente a nova geração de Programas Operacionais.

Neste contexto, o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social especificou, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida no PDES cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo FSE, num processo que envolveu o estabelecimento de articulações técnicas entre os departamentos relevantes da Administração Regional, o diálogo aprofundado com os parceiros económicos, sociais e institucionais e a aprovação pelo Governo Regional da Madeira.

Igualmente, todos os estudos que foram sendo produzidos, quer regionais, quer nacionais, contribuíram para a elaboração deste instrumento de programação.

Acresce acentuar que, para além do documento estratégico PDES, constituem ainda documentos de referência o Plano Regional de Emprego 2005-2008 (PRE 2005-2008) e o Plano Regional de Igualdade de Oportunidade (PRIO), para os Eixos Prioritários I e II. A actuação prevista no que respeita em particular ao Eixo Prioritário I tem em consideração os diversos estudos e inquéritos realizados periodicamente, nomeadamente o Inquérito à Inserção na Vida Activa aos Ex-formandos de cursos Qualificantes, o Inquérito às Necessidades de Formação Profissional nas Empresas e o “Estudo Prospectivo dos Perfis Profissionais para o reforço da Competitividade e Produtividade da economia regional (2007-2013)”.

Os trabalhos de preparação do Programa Rumos tiveram início no ano de 2006 e foram desenvolvidos com a intervenção de representantes de organismos associativos, privados e entidades públicas da RAM, sendo que, após finalizado um primeiro projecto de Programa Operacional no verão de 2006, foi promovida uma sessão de trabalho no início do último trimestre de 2006, envolvendo todos os actores publico-privados regionais, tendo sido prestados esclarecimentos e debatidas questões que foram suscitadas no âmbito dessa versão preliminar dos Programas Operacionais Regionais para o período 2007-2013.

Dessa consulta, resultou uma proposta de Programa Operacional que foi submetida a aprovação pelo Conselho de Governo da Região Autónoma da Madeira (Resolução do Conselho de Governo n.º 1532/2006, de 30 de Novembro).

A concepção propriamente dita do Programa, terminou no ano de 2006, contudo as articulações que se iniciaram quer com as Autoridades Nacionais, quer com as Autoridade Comunitárias, após a aprovação do Programa pelo Conselho de Governo, e, já em 2007, após a entrega da proposta de QREN 2007/2013 à Comissão Europeia pelo Estado-Membro, logo no início do ano, foram moldando a versão do Programa.

Em Março de 2007, a proposta oficial do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social foi enviada à Comissão Europeia, através da Coordenação do QREN, dando início assim ao período de negociação do Programa.

Importa porventura aqui reportar que o Relatório Final da Avaliação Ex-Ante dos Programas Operacionais (PO) da RAM foi enviado à Comissão Europeia, imediatamente a seguir, embora já constasse uma síntese do mesmo na proposta oficial do Programa enviada no dia anterior.

O Quadro I retrata os momentos mais determinantes no processo de negociação, processo que se prolongou por sete meses

Quadro I - Momentos mais determinantes no processo de negociação do Programa

	2007											
	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07
Envio de proposta oficial do PO FSE da RAM à Comissão Europeia			5									
Envio do Relatório Final da Avaliação Ex-Ante dos POs da RAM à CE			6									
Carta de aceitabilidade da proposta do PO FSE da RAM por parte da CE			19									
Observações oficiais da CE sobre a proposta de PO FSE da RAM			30									
Reunião de negociação sobre o PO FSE com a Comissão Europeia					25							
Reunião sobre Indicadores do QREN (PO FSE)					31							
Observações oficiais da CE sobre a proposta de PO FSE da RAM									18			
Resposta ao memorandum relativo ao parecer da CGTP sobre a proposta de PO FSE da RAM; Envio de resposta às observações oficiais da CE									26			
Reenvio de proposta oficial do PO FSE da RAM à CE										18		
Aprovação do PO FSE da RAM (Decisão da Comissão C(2007) 5334 de 26 de Outubro)										26		

O período de negociação culminou na aprovação por parte da Comissão Europeia através da Decisão C(2007) 5334, de 26 de Outubro, do Programa Operacional de “Valorização do Potencial Humano e Coesão Social” de intervenções comunitárias do Fundo Social Europeu (FSE) a título do Objectivo da Competitividade Regional e Emprego na Região Autónoma da Madeira.

I.2. Apresentação e operacionalização do Programa

Esta secção pretende apoiar a leitura do presente Relatório, consistindo esta primeira parte em nada mais do que numa breve apresentação do Programa Rumos.

O Programa Operacional encontra-se estruturado em três Eixos Prioritários:

- Eixo Prioritário I – Educação e Formação;
- Eixo Prioritário II – Emprego e Coesão Social;
- Eixo Prioritário III – Assistência Técnica.

A tabela seguinte apresenta de forma sistemática, para cada dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Quadro 2 – Eixos Prioritários do Programa

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Educação e Formação	Qualificação Inicial	> Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce > Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens > Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para os jovens	> Educação Especial e Reabilitação > Cursos Profissionalizantes > Cursos de Especialização Tecnológica > Cursos de Qualificação Profissional de Jovens > Sistema de Aprendizagem > Cursos de Educação e Formação
	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	> Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores > Aumento do nível de qualificação dos activos > Desenvolver a formação dirigida a empresas > Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública regional	> Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos > Acções de Formação-Consultoria > Formação de Docentes e Formadores > Formação de Adultos > Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências > Formação Profissional da Administração Pública > Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
	Formação Avançada	> Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional > Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica da região > Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	> Bolsas para Professores / Investigadores > Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento > Cursos de Formação Avançada > Projectos de Investigação

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Transição para a Vida Activa	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar a integração profissional de jovens > Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Estágios Profissionais > Assistência e orientação para a inserção na vida activa
	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial > Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho > Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> > Apoios à Contratação > Apoios à Criação do Próprio Emprego > Prémios à auto-colocação > Iniciativas Locais de Emprego > Formação/Emprego > Clubes de Emprego > Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família > Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
	Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas > Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência > Empresas de Inserção > Ocupação de Desempregados > Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
Eixo III Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> > Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO 	<ul style="list-style-type: none"> > Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social mobiliza 125 milhões de Euros de financiamento comunitário propiciados pelo Fundo Social Europeu, que permitirão assegurar um financiamento total de 156 milhões de Euros. O Quadro 3 sintetiza os montantes programados envolvidos no Programa.

Quadro 3 - Montantes Programados

Eixos Prioritários	Financiamento Comunitário (1)	Contrapartida Nacional (2)	Financiamento Total (3) = (1) + (2)	Taxa de Co-financiamento (4) = (1) / (3)
Eixo Prioritário I – Educação e Formação	91.700.000	22.925.000	114.625.000	80,00%
Eixo Prioritário II – Emprego e Coesão Social	30.600.000	7.650.000	38.250.000	80,00%
Eixo Prioritário III – Assistência Técnica	2.700.000	476.471	3.176.471	85,00%
TOTAL	125.000.000	31.051.471	156.051.471	80,10%

Base de cálculo para contribuição comunitária: despesa pública

Por fim, assinala-se igualmente neste ponto, a legislação produzida no ano de 2007, quer nacional, quer regional, determinante para a operacionalização do Programa Rumos, sendo o primeiro referencial normativo a destacar o QREN, validado pelo Governo português através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho, e assinado com a Comissão Europeia em 2 de Julho de 2007, pois definiu as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período de 2007-2013 e para a estruturação dos PO temáticos e regionais.

A implantação das estruturas de governação do QREN e respectivos PO em tempo útil determinou a necessidade de aprovação da legislação nacional sobre esta matéria antes do fim das negociações com a Comissão Europeia relativas aos PO (Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril).

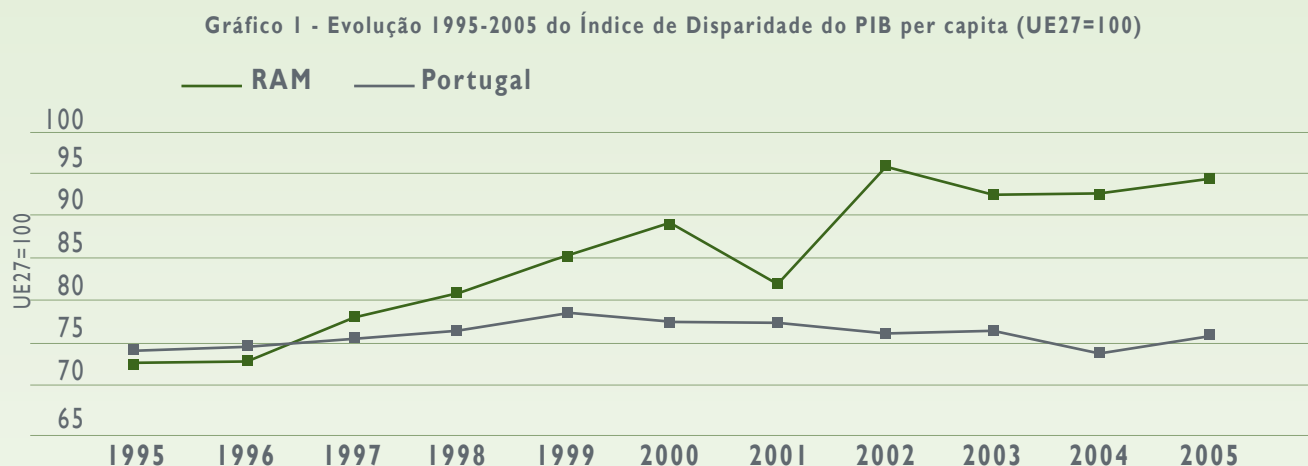
Para além da Legislação Comunitária e Nacional existente, tornou-se necessário criar os mecanismos legais Regionais que permitissem à AG ter bases para operacionalizar o Programa. Neste sentido, foi criada a seguinte Legislação:

- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M de 12 de Novembro, cria o Instituto de Desenvolvimento Regional, que resulta da extinção do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC). Por virtude deste diploma o IDR sucede ao IFC, enquanto Autoridade de Gestão dos PO Intervir + e Rumos (a designação do IFC enquanto Autoridade de Gestão dos dois programas foi feita nas decisões de aprovação de cada um dos programas. O IDR é criado com a intenção de dotar a Região Autónoma da Madeira de uma estrutura de natureza institucional que garanta com carácter de permanência uma articulação entre o planeamento regional e a política de coesão, a qual, mediante recursos humanos próprios e em virtude da experiência acumulada nestas áreas, esteja vocacionada para gestão dos fundos comunitários na Região Autónoma da Madeira.
- Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M de 27 de Novembro, define para a Região Autónoma da Madeira, o modelo de governação dos dois programas operacionais da RAM previstos no âmbito do QREN, designadamente no que respeita ao aconselhamento estratégico, à gestão, acompanhamento, monitorização e avaliação e procede à adaptação do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, à realidade regional;
- Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 de 10 de Dezembro, define o regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu aos PO financiados por este fundo.

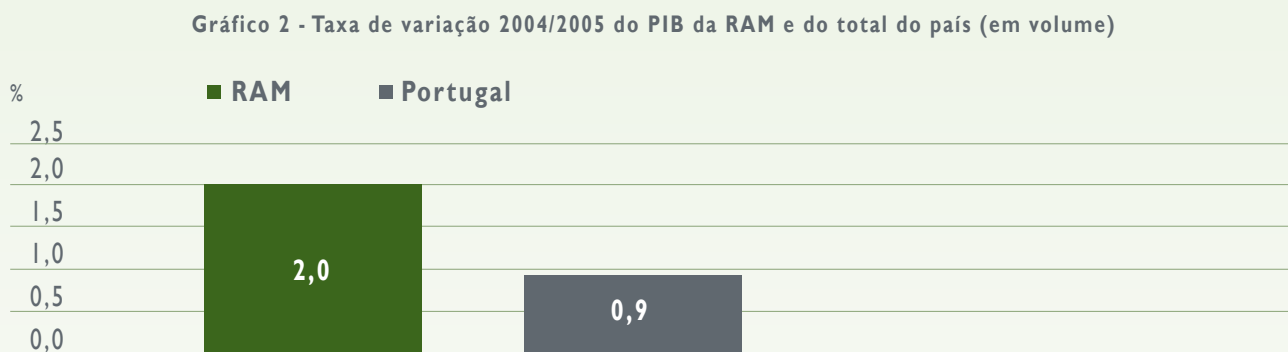
1.3. Evolução da conjuntura económica regional

A presente secção pretende, através da actualização e análise descritiva dos principais indicadores socioeconómicos da Região Autónoma da Madeira, fornecer as bases para a compreensão do panorama socioeconómico regional que está subjacente à implementação do Programa, assim como da sua evolução recente.

A apreciação do desempenho económico regional reflecte, no horizonte 1995-2005, a concretização dos esforços no sentido da convergência com a média comunitária e marca um percurso de assinalável crescimento económico, conforme demonstra a evolução do **Índice de Disparidade do Produto Interno Bruto (PIB) per capita** face à média da União a 27 Estados-Membros. A progressiva aproximação da Região aos padrões médios da União entre 1995 e 2005, materializada por uma convergência de 22 pontos percentuais ao longo do período que posicionou a Região a 95% da média comunitária em 2005, contrasta com o fraco desempenho económico de Portugal ao longo da década em questão, que resultou num reforço residual da coesão com a média comunitária, passando de um PIB per capita equivalente a 75% da média da UE27 em 1995, para os 76% em 2005.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

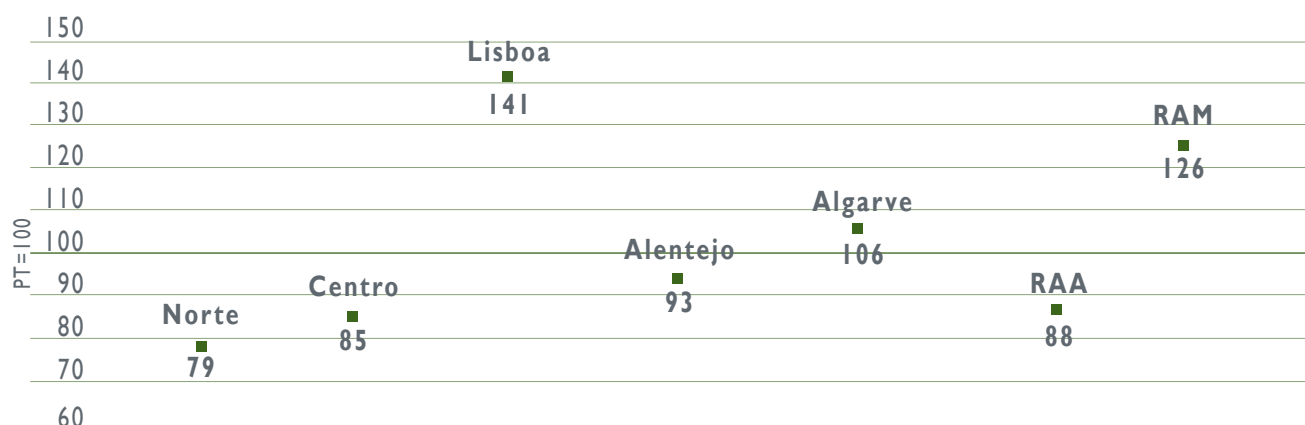


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

De acordo com a última informação disponível, o PIB regional cresceu 2% em volume no ano de 2005, significativamente acima da variação anual registada para o total nacional, que não ultrapassou os 0,9%.

A observação do **Índice de Disparidade do PIB per capita** com referência à média nacional permite constatar que a Região apresentava, já em 1997, um PIB per capita equivalente ao nacional, registando, a partir desse ano, trajetórias de crescimento do Produto que resultaram no aprofundamento das divergências entre as realidades regional e nacional e consequente consolidação da situação favorável em que a RAM se encontra no contexto nacional, conforme evidencia a ilustração abaixo. De acordo com a informação relativa a 2005, Lisboa e Madeira são as regiões com o PIB per capita mais elevado, atingindo valores significativamente acima da média nacional (41% e 26%, respectivamente), num contexto de assimetrias consideráveis entre as regiões portuguesas.

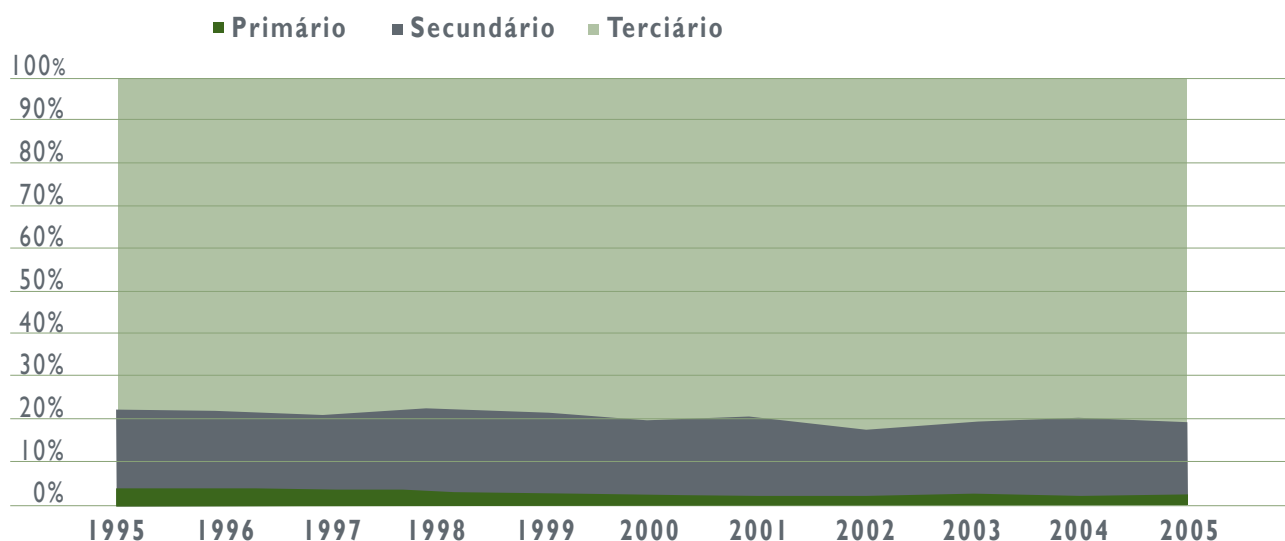
Gráfico 3 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2005 (PT=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

A estrutura económica da Região assenta fundamentalmente no sector terciário, com o **Valor Acrescentado Bruto (VAB)** gerado pelo sector a representar 80,5% da riqueza produzida em 2005, seguindo-se o sector secundário (17,3%) e o sector primário (2,2%). A perspectiva cronológica fornecida pelo gráfico abaixo permite atestar a estabilidade da estrutura económica regional, claramente suportada pelo sector dos serviços e onde o sector secundário assume uma posição de algum relevo. O sector primário, por seu turno, tem um peso residual na formação de riqueza na Região.

Gráfico 4 - Estrutura do Valor Acrescentado Bruto na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

A distribuição do VAB por ramos de actividade que o quadro seguinte apresenta, fornece uma percepção mais fina da estrutura produtiva regional. Conforme informação de 2005, os ramos que circunscrevem as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e as actividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico são os mais representativos na estrutura do VAB regional, tendo sido responsáveis por 18,9% e 15,2% da riqueza produzida na Região, respectivamente. As actividades onde a prestação de serviços públicos assume particular relevância, designadamente as relativas à administração pública, defesa e segurança (11,9%), educação (5%) e saúde e acção social (7%), reflectem a importância do sector público na economia regional. As actividades de alojamento e restauração representam 7,7% do VAB de 2005, sendo ainda de assinalar a apreciável dimensão das actividades ligadas à construção na estrutura económica regional, materializada pelo peso de 9,5% que representam do VAB realizado.

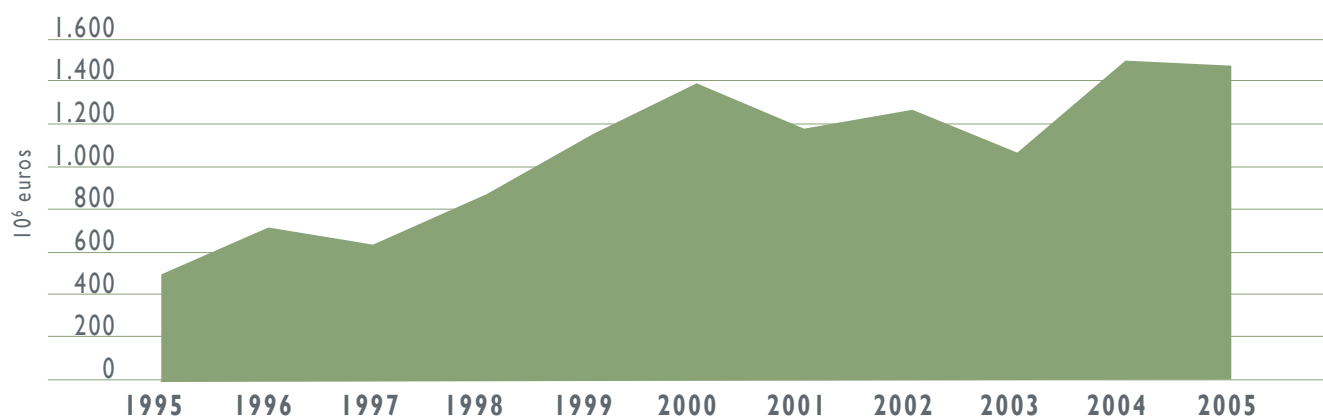
Quadro 4 - Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade em 2005

Ramo		10 ⁶ euros	%
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	62,3	1,7
B	Pesca	21,7	0,6
C	Indústrias extractivas	14,4	0,4
D	Indústrias transformadoras	147,1	3,9
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	127,9	3,4
F	Construção	357,0	9,5
G	Comércio por grosso e a retalho, rep. veículos autom., motoc. e bens de uso pes. e doméstico	567,6	15,2
H	Alojamento e restauração	289,3	7,7
I	Transportes, armazenagem e comunicações	292,5	7,8
J	Actividades financeiras	154,6	4,1
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	706,4	18,9
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	444,5	11,9
M	Educação	186,5	5,0
N	Saúde e acção social	260,1	7,0
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	85,2	2,3
P	Famílias com empregados domésticos	25,4	0,7
TOTAL		3.742,8	100

Neste enquadramento, é possível afirmar com alguma margem de segurança que a estrutura produtiva regional é alavancada essencialmente pelas actividades directa ou indirectamente ligadas ao turismo, pelo sector público e pela construção, esta última fortemente dinamizada pelo investimento público em infra-estruturas e equipamentos colectivos.

A informação relativa ao investimento realizado, aduzida do indicador **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, reflecte o dinamismo económico evidenciado pela Região Autónoma da Madeira nos últimos anos, com o indicador a registar um crescimento médio anual de 10,5% entre 1995 e 2005.

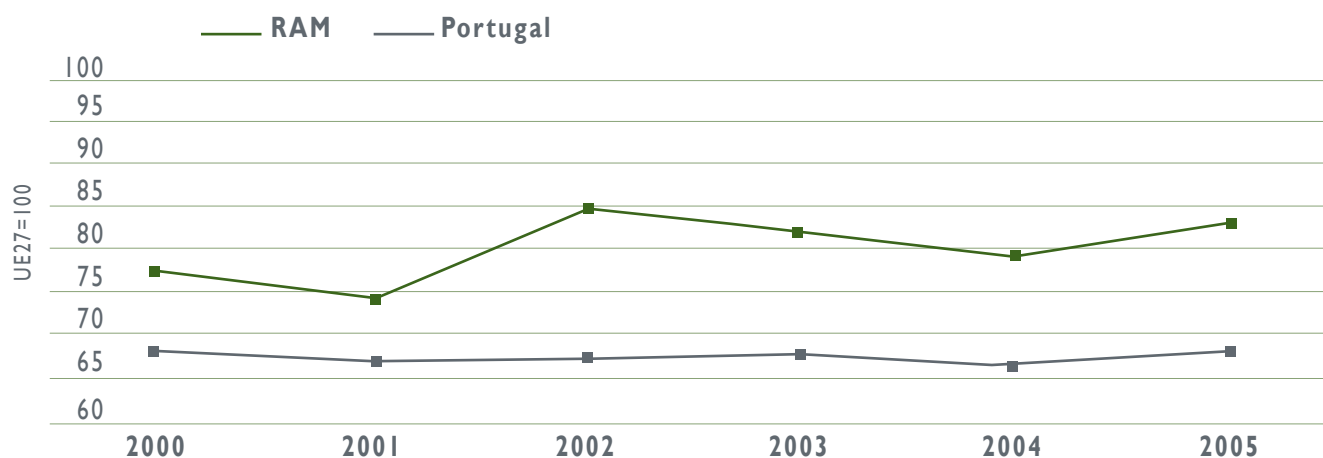
Gráfico 5 - Evolução da FBCF na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

A **Produtividade**, expressa pelo rácio VAB/Pessoa empregada, indicia alguns progressos no sentido da convergência dos parâmetros regionais com os valores médios da UE27 ao longo do período 2000-2005. Já no contexto nacional, também neste indicador, a posição da Região é manifestamente favorável.

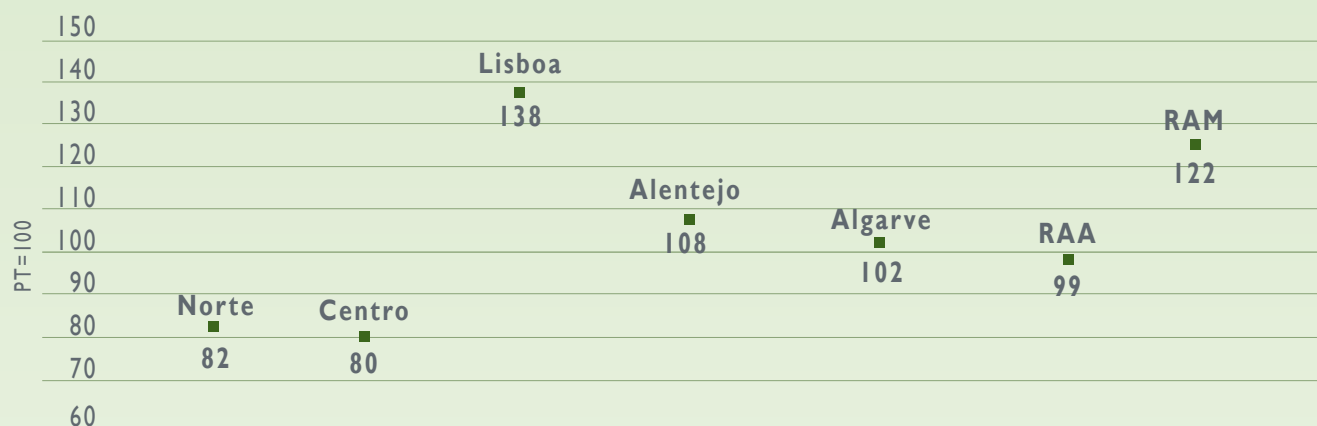
Gráfico 6 - Evolução 2000-2005 do Índice de Disparidade da Produtividade (UE27=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

Da comparação entre as diversas regiões portuguesas, salienta-se Lisboa e RAM como as duas regiões portuguesas de maior produtividade, atingindo valores significativamente acima da média nacional. Apesar de subsistirem divergências regionais de alguma monta, estas não atingem as proporções evidenciadas no indicador que compara o PIB *per capita*..

Gráfico 7 - Índice de Disparidade da Produtividade em 2005 (PT=100)

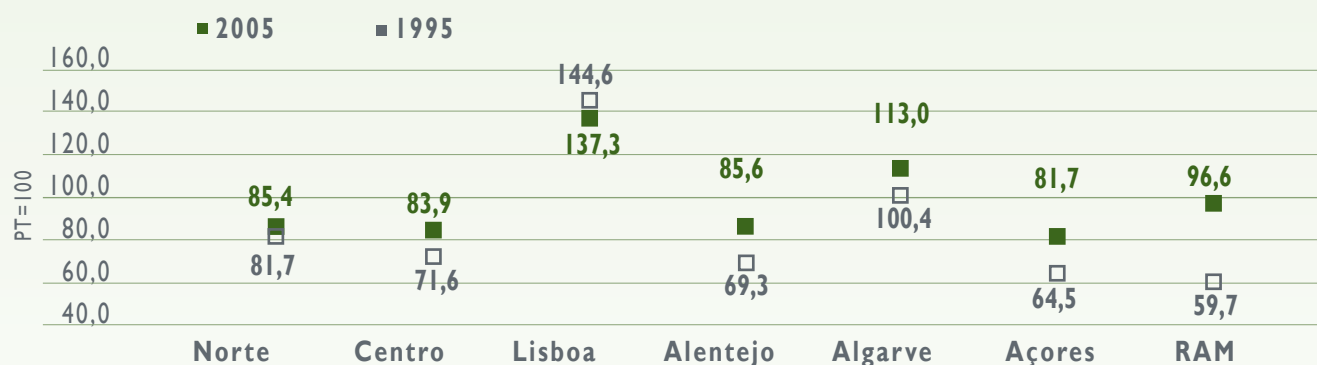


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

O Indicador per Capita (IpC) do **Poder de Compra** resulta da composição de diversas variáveis que formatam um Índice que possibilita a realização de comparações à escala regional e concelhia em matéria de poder de compra e permite posicionar as unidades territoriais no contexto da média nacional, a qual constitui o referencial utilizado.

De acordo com o último estudo realizado, Lisboa era a região que apresentava o poder de compra mais elevado em 2005, que ultrapassava a média do país em 37,3%. A Região Autónoma dos Açores era, por seu turno, a região que registava o valor mais baixo (81,7), muito aquém da média nacional. Com a excepção de Lisboa (137,3) e do Algarve (113), todas as regiões registaram valores do índice de poder de compra abaixo da média do país, salientando-se o facto da Madeira (96,6) ser a região portuguesa que mais se aproxima da média de referência. De relevar ainda que o processo de convergência em matéria de poder de compra foi, entre 1995 e 2005, extensivo a todas as regiões do país. Contudo a RAM foi a que mais avanços registou neste domínio, tendo efectivado, no período em questão, uma aproximação de 36,8 pontos no valor do IpC, passando dos 59,7 em 1995 (o valor mais baixo do país) para os 96,6 (o terceiro valor mais elevado).

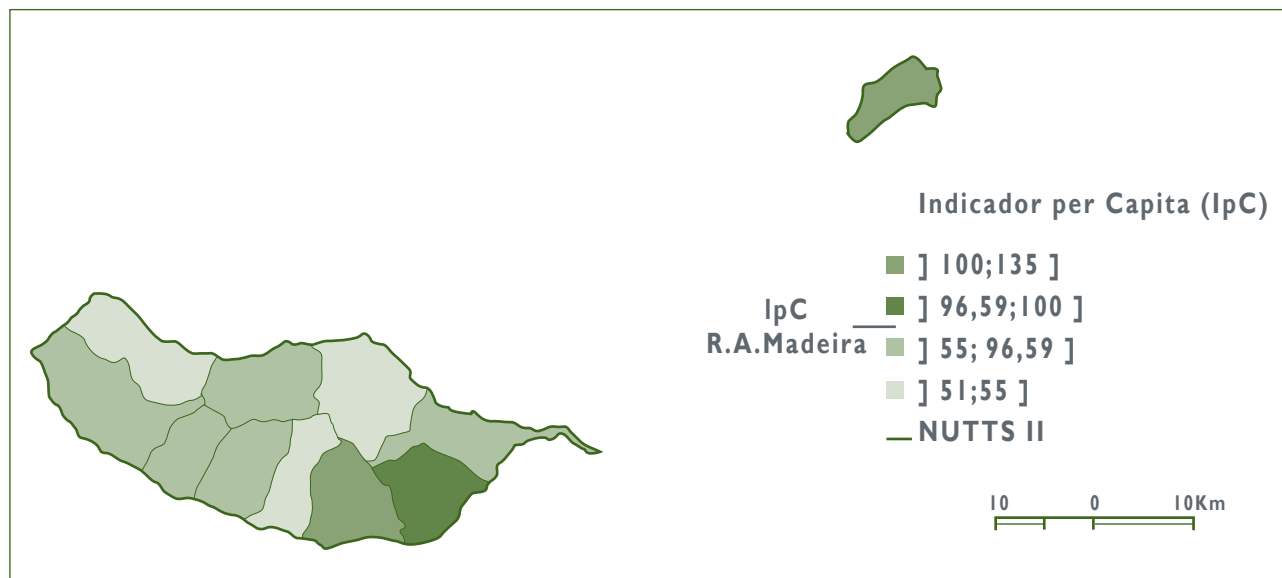
Gráfico 8 - Poder de Compra das NUT II em 1995 e 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estudos do Poder de Compra Concelhio

Ao nível interno, o indicador denuncia a existência de algumas assimetrias na Região Autónoma da Madeira à escala concelhia, ilustradas pelo Gráfico 9.

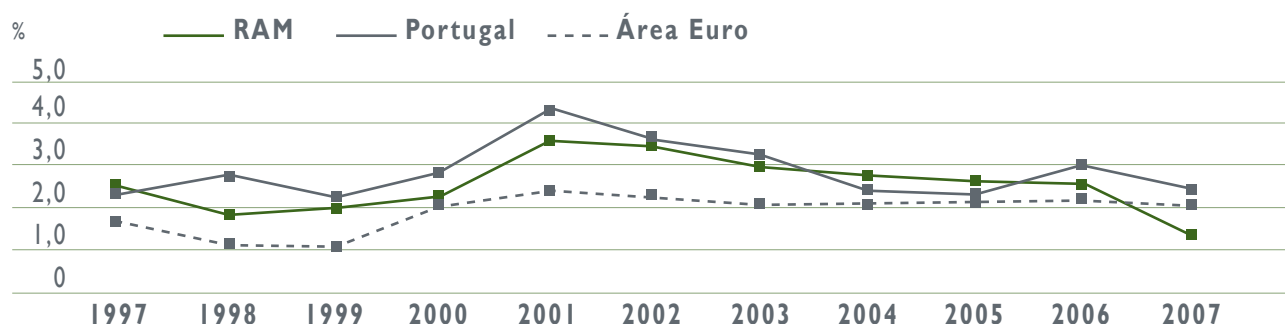
Gráfico 9 - Indicador per capita do Poder de Compra Concelhio



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estudos do Poder de Compra Concelhio 2005

A **Taxa de Inflação** anual, medida pela taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor, situou-se nos 1,4% na Região em 2007, um valor perfeitamente enquadrado no objectivo de estabilidade de preços preconizada pelo Banco Central Europeu, que estabelece os 2% como valor máximo para a taxa de inflação na Zona Euro.

Gráfico 10 - Evolução da taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor

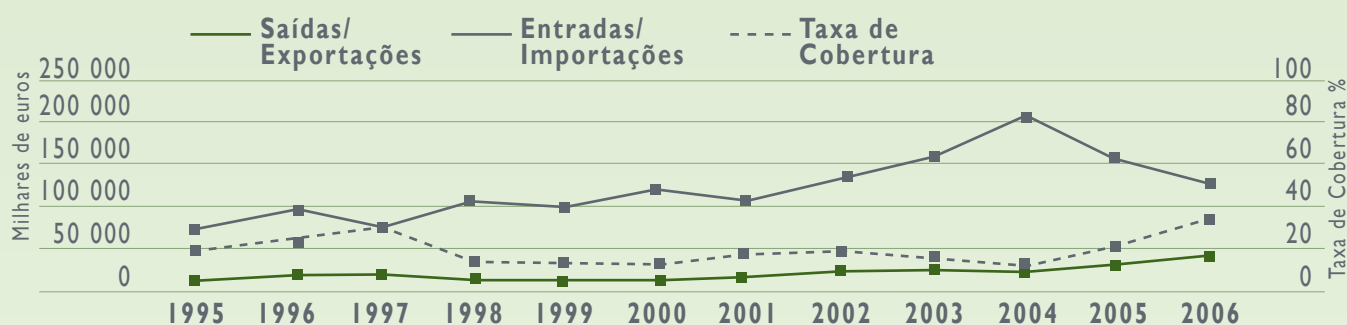


Fonte: Eurostat; Instituto Nacional de Estatística; Direcção Regional de Estatística da Madeira

A informação referente ao Comércio Internacional da Região Autónoma da Madeira revela um peso significativo das entradas/importações nos fluxos de mercadorias, deixando a nu a forte dependência da Região face ao exterior - motivada em particular pela exiguidade do mercado regional e pelos condicionalismos próprios das Regiões Ultraperiféricas - e em particular do mercado comunitário, que, de acordo com os dados provisórios de 2006, era a origem de 63,3% do total das mercadorias entradas na Região.

As saídas/exportações de mercadorias da Região têm registado um trajecto de crescimento continuado desde 1995, cristalizando uma dinâmica de internacionalização do mercado regional, em especial no mercado extracomunitário – que representou, em 2006, 63,1% das saídas/exportações realizadas. Contudo, a taxa de cobertura das importações pelas exportações não ultrapassou os 34,4%, muito aquém do registado ao nível nacional (65%).

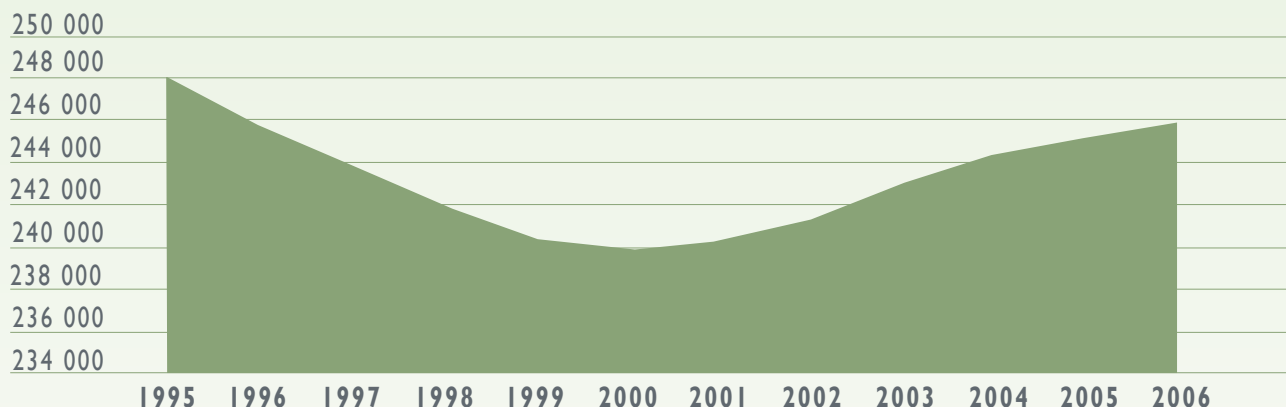
Gráfico 11 - Evolução do Comércio Internacional da RAM



Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

De acordo com as estimativas intercensitárias do Instituto Nacional de Estatística, a Região contava, em 31/XII/2006, com uma **População** composta por 245.806 indivíduos, menos 2.186 do que em 1995. Em termos evolutivos, o espaço temporal considerado revela duas dinâmicas demográficas distintas. Entre 1995 e 2000, assiste-se a um decréscimo da população, motivado fundamentalmente pelo elevado número de saídas da Região sem que tivessem sido devidamente compensadas pelo número de entradas. Os saldos migratórios resultaram, por conseguinte, negativos e influenciaram, quase proporcionalmente, a dinâmica demográfica ao longo do período. O abrandamento dos óbitos e a reversão da tendência negativa do saldo migratório justificam a recuperação registada entre 2001 e 2006.

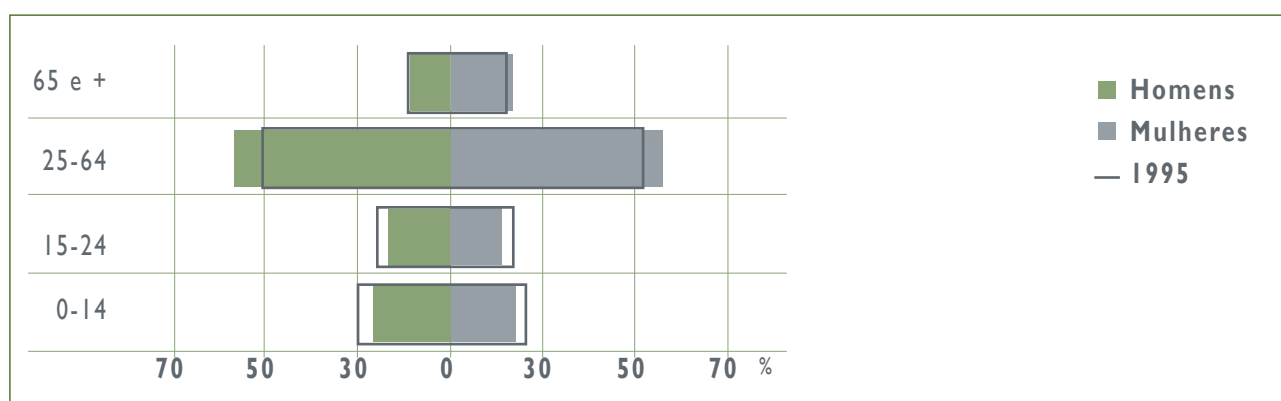
Gráfico 12 - Evolução demográfica na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estimativas Intercensitárias da População

Entre 1995 e 2006, os indivíduos pertencentes aos escalões etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, têm vindo a perder peso relativo na população da Região (decrecendo 3,4 e 3,0 pontos percentuais, respectivamente). Por outro lado, os escalões etários seguintes registaram aumentos no peso relativo, com maior relevo para os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos, que passaram a representar 54,4% da população em 2006, tendo crescido, face a 1995, 5,8 pontos percentuais. A população idosa tem vindo também a crescer em termos relativos, embora mais moderadamente do que na faixa etária imediatamente abaixo, representando cerca de 13,1% do total da população em 2006, mais 0,6 pontos percentuais do que em 1995. O gráfico seguinte compara as estruturas etárias de 1995 e 2006.

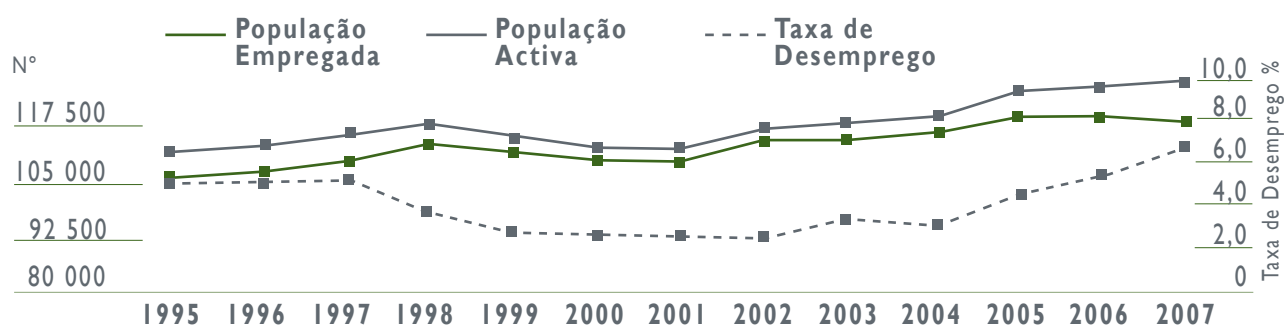
Gráfico 13 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários 1995-2006



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estimativas Intercensitárias da População

Os dados relativos ao **Emprego** revelam que, em 2007, a população empregada ascendia a 116.463 indivíduos, menos 0,7% do que no ano anterior. O principal indicador da dinâmica do mercado de trabalho, a taxa de desemprego, tem vindo a crescer nos últimos anos, fixando-se nos 6,8% em 2007, em virtude do forte crescimento da população em idade activa (entre 2004 e 2007 aumentou 6,8%), excedendo a capacidade de absorção do mercado regional (o emprego cresceu, em igual período, 2,6%).

Gráfico 14 - Evolução do emprego e desemprego na RAM

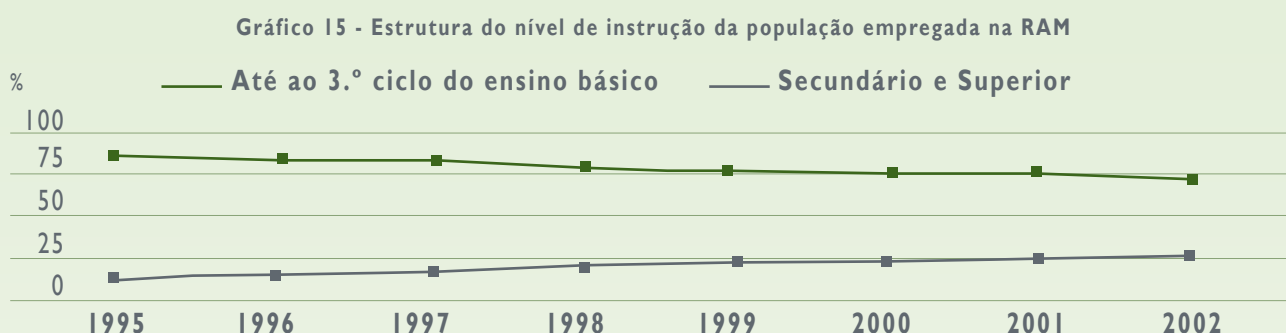


Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Ainda assim, o nível de desemprego registado na Região em 2007, apesar do mais elevado dos últimos treze anos, apresenta-se relativamente baixo nos contextos nacional e comunitário, onde as respectivas taxas de desemprego atingiram os 8% e os 7,1%.

A informação relativa aos **Níveis Habilitacionais** dos recursos humanos com actividade na Região dá conta do ainda baixo nível educacional da população empregada. Com efeito, em 2007, uma parte importante da força de trabalho da Região (73,2%) não possuía mais do que o equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico, 14,3% haviam concluído o ensino secundário e apenas 12,4% possuía habilitações de nível superior.

A comparação do cenário actual com o panorama de 2000 permite constatar efectivamente alguns avanços em matéria de instrução, uma vez que a franja da população com níveis de ensino equivalentes ou inferiores ao 3.º ciclo de ensino básico ascendia aos 85,7%. Conforme revela o gráfico abaixo, a tendência descrita sinaliza um progressivo aumento das qualificações dos recursos humanos da Região, em coerência com os esforços desenvolvidos no capítulo do desenvolvimento do potencial humano e do reforço das competências.



Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira – Inquérito ao Emprego

1.4. Modificações do contexto socioeconómico

No ano de 2007 não se verificaram modificações do contexto socioeconómico que afectassem a execução do Programa, fossem essas modificações relativas a políticas nacionais, sectoriais ou regionais, incluindo as do quadro de referência para os recursos humanos.

2. Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo

O presente capítulo aborda as principais actividades determinantes para o arranque do Programa Rumos, desenvolvidas pela estrutura de gestão ao longo do primeiro ano de implementação, nomeadamente a definição de procedimentos internos, constituição e realização da primeira Comissão de Acompanhamento, constituição da Unidade de Gestão, aprovação dos respectivos Regulamentos Internos, critérios de selecção e por último as reuniões entre os órgãos de governação e igualmente das matérias associadas ao órgão de orientação política e estratégica. Por fim, aborda ainda o estado de desenvolvimento do Plano de Avaliação.

2.1. Gestão e acompanhamento

A gestão do Programa Rumos é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) o qual assumiu a Autoridade de Gestão nos termos da alínea a) do n.º I do artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

O IDR, como já referido anteriormente, é um serviço dotado de personalidade jurídica, tutelado pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, possui autonomia administrativa, financeira e património próprio e assume a gestão e a Coordenação global do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM. Para tal, é apoiado por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT), que se encontra afecta às Direcções de Serviços de Gestão de Intervenções Regionais, de Coordenação e Avaliação, de Controlo e do Gabinete de Informação e Controlo de Fluxos Financeiros.

Para as unidades que constituem a Estrutura de Apoio Técnico do Programa, o segundo semestre de 2007, foi particularmente exigente em termos de definição e preparação de procedimentos internos, bem como da regulamentação específica de aplicação e dos demais instrumentos necessários ao arranque, sendo que os trabalhos associados, no respeito pelas especificidades da Região, procuraram sempre articular-se com os instrumentos semelhantes em preparação no âmbito do QREN e respectivos PO do Continente e inclusive foram objecto de articulação com o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), no cumprimento do disposto no Decreto Regulamentar que estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos PO financiados pelo FSE.

Em resultado de todo este processo, a Autoridade de Gestão do Programa enviou para o IGFSE, em Novembro de 2007, os projectos de regulamentação regional que estabeleceriam as regras específicas de atribuição de co-financiamento comunitário do FSE às operações apresentadas no âmbito dos domínios de intervenção previstos no Programa Rumos, iniciando assim o procedimento necessário à emissão de parecer devido.

Os projectos de regulamentação referidos são, em concreto, relativos ao projecto de portaria conjunta que estabelece as regras específicas e de atribuição de co-financiamento comunitário do FSE às operações apresentadas no âmbito dos domínios de intervenção previstos no PO de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM e ao projecto de despacho conjunto que fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FSE no âmbito do PO de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM.

Será de sublinhar que as opções estratégicas assumidas por Portugal, e comungadas pela RAM, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional e, em particular, a estrutura organizativa adoptada para os seus Programas Operacionais, associadas ao modelo de governação aprovado, recomendam a adopção de um esforço acrescido dos normativos aplicáveis aos fundos estruturais e de coesão para o período 2007-2013.

Foi com certeza nesta perspectiva, que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social aprovou o Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, que regula a aplicação do Fundo Social Europeu, em plena coerência com as disposições legais nacionais e comunitárias aplicáveis.

O Decreto Regulamentar será complementado com uma Portaria e um Despacho conjunto para o Programa Rumos, os quais deverão respeitar o Decreto Regulamentar, todavia, até ao final de Dezembro, aguardavam parecer da Autoridade competente.

Em suma, tendo em conta o disposto na alínea a) do n.º 7 do artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007, de 27 de Novembro, os instrumentos legais atrás mencionados concretizarão o Decreto Regulamentar dada a necessidade de adaptar as normas gerais relativas ao FSE, no que concerne às candidaturas a apresentar no âmbito deste Programa.

Durante o ano de 2007 não foi possível concluir os regulamentos específicos, nem os formulários de candidatura com as respectivas instruções de preenchimento, tendo-se iniciado no entanto a elaboração dos Manuais de Procedimentos.

A Autoridade de Gestão, à semelhança do verificado para os restantes Programas do QREN, e em acordo com os Organismos a quem serão delegadas funções de gestão, optou por fazer uma apresentação oficial do Programa Rumos ainda no ano de 2007, embora nessa fase não se encontrassem reunidas as condições para o arranque efectivo do mesmo.

Ficou no entanto fixado que o período de abertura de candidaturas seria diferenciado consoante os Eixos que operacionalizam o Programa. As candidaturas no âmbito dos Eixos II e III poderiam ser apresentadas ao longo do ano, em regime de candidatura aberta, abrangendo o período de 18 de Dezembro de 2007 até ao dia 31 de Dezembro de 2013, enquanto que, no âmbito do Eixo I, a apresentação de candidaturas funcionaria em períodos fechados para a generalidade das tipologias de intervenção, com excepção das candidaturas apresentadas nas tipologias de intervenção I.3.1 - Bolsas para Professores/Investigadores, I.3.2 - Programas e Bolsas de Pós - Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós - Doutoramento e I.3.4 - Projectos de Investigação, que funcionariam em regime de candidatura aberta.

Unidade de Gestão

No exercício das suas competências, a Autoridade de Gestão é assistida por uma Unidade de Gestão que, exerce funções consultivas através da emissão de pareceres não vinculativos.

Sob proposta da Autoridade de Gestão do Programa Rumos iniciaram-se, no último trimestre de 2007, os procedimentos necessários para a constituição da Unidade de Gestão e a elaboração do seu Regulamento interno, prevendo-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2008.

A composição da UG bem como as suas competências foram definidas em regulamento interno, cabendo-lhe nomeadamente emitir parecer sobre os projectos seleccionados em conformidade com os objectivos, critérios de selecção e procedimentos estabelecidos, zelar pelo cumprimento dos normativos regionais, nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de mercados públicos, concorrência, ambiente e igualdade de oportunidades, propor a suspensão ou anulação de contribuições atribuídas, em caso de incumprimento e dar parecer sobre os projectos de relatório de execução do Programa elaboradas pela Autoridade de Gestão.

Comissão de Acompanhamento

O Acompanhamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social é exercido pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º 1 do Artigo 63.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira.

A Comissão de Acompanhamento foi criada nos três meses seguintes à data de notificação da Decisão que aprovou o Programa Rumos.

A 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais (PO) da Região Autónoma da Madeira (RAM), realizou-se no dia 26 de Novembro de 2007, na cidade do Funchal. Os trabalhos consistiram, sobretudo, na aprovação do seu próprio Regulamento Interno e na aprovação dos critérios de selecção das operações a co-financiar pelos PO.

O Regulamento Interno da CA do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social e do Programa Operacional do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, foi aprovado a 26 de Novembro de 2007 na 1ª reunião e destina-se a estabelecer as condições de funcionamento e de desempenho das atribuições da Comissão de Acompanhamento, no âmbito do sistema institucional, jurídico e financeiro definido para o QREN, e cujas competências se encontram definidas no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro 2007.

Os critérios de selecção aprovados na reunião representam a quase totalidade dos critérios a aprovar naquela data, ficando em falta os critérios de selecção das tipologias “Assistência e orientação para inserção na vida activa”, “Prémios à auto-colocação” e a tipologia “Assistência técnica”.

Organismo Intermédio

A Autoridade de Gestão decidiu associar à Gestão do Programa dois organismos intermédios, nomeadamente a Direcção Regional de Formação Profissional, para a prática de actos no âmbito do Eixo I – “Educação e Formação” e o Instituto Regional de Emprego para a prática de actos no âmbito do Eixo II – “Emprego e Coesão Social”, conforme os termos do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho de 2006.

O Instituto Regional de Emprego da Região Autónoma da Madeira é um Instituto Público, criado com o fim específico de conceber, definir e promover a Política de Emprego na Região.

A Direcção Regional de Formação Profissional da Região Autónoma da Madeira é um serviço simples da administração regional dotado de autonomia administrativa, criado com o fim específico de promover a execução da política regional definida pelo Governo Regional da Madeira para o sector da formação profissional.

Considerando que o IDR não detém experiência directa na gestão de projectos e políticas de emprego e na gestão de operações no âmbito de programas financiados pelo Fundo Social Europeu, esta delegação assegura ganhos na gestão das operações a financiar que não seriam obtidos caso a Autoridade de Gestão mantivesse para si os poderes delegados.

Na gestão do Programa Rumos apresenta-se, pela primeira vez, a figura do Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP), conforme previsto no Artigo n.º 65 do Decreto Legislativo n.º 321/2007, de 17 de Setembro. Assim, é considerado BREPP, o Instituto Regional de Emprego, beneficiário do Eixo II. A gestão destas operações é assegurada pela EAT da Autoridade de Gestão.

Comissão Governamental de Orientação

A Comissão Governamental de Orientação do Programa Rumos, funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM e é o órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa, competindo -lhe:

- Examinar regularmente a sua execução;
- Apreciar os relatórios de execução e de avaliação estratégica e operacional;
- Aprovar os contratos de delegação de competências de gestão e execução de componentes do Programa;
- Examinar as propostas de revisão e reprogramação do Programa;
- Dar orientações relativas à participação económica e social e institucional no acompanhamento dos programas operacionais;

A articulação entre a AG e a Comissão Governamental de Orientação é assegurada pelo Secretário Regional do Plano e Finanças, de acordo com o estipulado no Decreto Legislativo Regional nº 20/2007/M, de 27 de Novembro.

Uma vez que a Comissão Governamental de Orientação funciona no âmbito do Conselho de Governo, as reuniões desta Comissão correspondem a Reuniões do Conselho de Governo.

Dado que só a 28 de Novembro de 2007 entrou em vigor o Decreto Legislativo Regional 20/2007/M de 27 de Novembro (que define a Governação do Programa Rumos), a Comissão Governamental de Orientação não reuniu nenhuma vez em 2007.

2.2. Avaliação

O processo de concepção do **Plano de Avaliação do Programa Rumos** foi um exercício que se concentrou no último trimestre do ano em reporte, tendo o IDR adjudicado a concepção do Plano a Oliveira das Neves – Consultoria, Estudos e Projectos, Lda. No final do ano a Autoridade de Gestão aceitou a proposta de Plano de Avaliação.

A concepção do Plano constituiu um exercício de programação que visava a identificação e caracterização preliminar das avaliações temáticas a realizar, bem como dos mecanismos de coordenação e de articulação entre os diversos níveis da “função avaliação” e entre os exercícios de avaliação e o sistema de monitorização estratégica, financeira e operacional do Programa.

O desenvolvimento do Plano de Avaliação, no último trimestre do ano de 2007, foi de modo a permitir a apresentação de uma primeira versão do mesmo, a instâncias nacionais, até ao final de Novembro, na medida da sua necessária articulação com a preparação do Plano de Avaliação Global do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e dos PO e de modo a ser concretizado de acordo com o plano global de avaliação referido na alínea f) do n.º I do Artigo 8.º do acima mencionado Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro.

Neste sentido, o calendário da concepção do Plano pretendia corresponder, com ligeiras adaptações, ao calendário previsto para a elaboração da proposta de Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais, cuja primeira proposta deveria ter sido apresentada à Comissão Ministerial do QREN até final de 2007.

Como o processo atinente ao desenvolvimento do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO foi adiado para o ano de 2008, a necessária articulação desta proposta de Plano com o mesmo ainda não sucedeu.

Contudo, e sendo que a própria abordagem da avaliação do QREN e dos PO “à medida das necessidades”, aconselha ao estabelecimento de uma relação muito estreita entre processo de Monitorização e processo de Avaliação, que favoreça um diálogo construtivo entre os diversos intervenientes na implementação dos PO, este exercício deve ser visto como algo dinâmico, a que o Plano de Avaliação do Programa Rumos terá necessariamente de se ajustar.

Importa talvez aqui fixar alguns pressupostos a que deverá obedecer a programação das actividades de Avaliação e que a proposta de Plano aceita já incorpora:

- O Plano Global de Avaliação do Programa Rumos, deve seguir as orientações constantes dos Documentos da Comissão Europeia referentes a esta importante vertente da gestão e desenvolvimento dos Programas de modo, não tanto a prestar contas (matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidos) mas, sobretudo, numa perspectiva de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios face aos objectivos e metas e (re)orientar as modalidades de intervenção se tal se justificar.
- O Plano Global de Avaliação do Programa Rumos, deve acompanhar as actividades do ciclo de avaliação do QREN, dos Programas Operacionais Temáticos e dos Programas Operacionais Regionais assegurando condições de reflexão e partilha de informação, no contexto mais vasto da observação das dinâmicas regionais dos aprofundamentos em domínios temáticos de intervenção, em suma, de monitorização de resultados das políticas públicas objecto de financiamento pelos fundos estruturais.
- O Plano Global de Avaliação do Programa Rumos, deve assumir uma visão de ciclo para o período 2007/2013 e incluir perspectivas de trabalhos mais específicas no horizonte 2010, correspondente ao primeiro terço de execução dos Programas, sem prejuízo de proceder a ajustamentos anuais que as dinâmicas de gestão e desenvolvimento das Intervenções venham a justificar.
- O Plano Global de Avaliação do Programa Rumos, deve adoptar uma perspectiva predominantemente estratégica valorizando dimensões de intervenção de carácter temático que constituem domínios inovadores e de potencial valor acrescentado que devem beneficiar de uma monitorização estratégica atenta e com concentração de recursos, na óptica do acompanhamento e avaliação.

Assim, a adopção de uma perspectiva predominantemente estratégica tem como corolário a necessidade de sistematizar um conjunto de matérias/temas que deverão ser objecto de uma maior atenção, a partir da entrada do Programa em velocidade de cruzeiro. Essa atenção deve centrar-se nas condições de eficácia, na produção de resultados e nos efeitos-tipo para que podem contribuir, na óptica das finalidades estratégicas e, designadamente, dos campos de intervenção com características inovadoras que o Programa introduziu nesta nova geração de políticas públicas, que é também nova nas perspectivas e no quadro de objectivos dos fundos estruturais.

No período inicial de vigência do Programa (2008-2009), e face ao grau de atraso no lançamento dos mesmos, considera-se pois haver vantagem em conciliar as perspectivas estratégicas e operacional, segundo uma óptica de aproximação aos elementos de concretização da mudança:

- Por um lado, em matéria de prioridades estratégicas de intervenção reflectidas nos Eixo Prioritário do Programa; e,
- Por outro lado, nas mudanças institucionais orgânicas e de modelo de gestão (Autoridade de Gestão vs. Organismo Intermédio).

Em idêntico sentido, é ainda entendimento da Autoridade de Gestão que as Avaliações parcelares (e de carácter expedito, nesta 1ª fase), deveriam adoptar uma perspectiva utilitária no sentido de contribuírem para evidenciar caminhos, e.g., em matéria de oportunidades de investimento, de domínios de aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação, de necessidades de desenvolvimento da oferta formativa, da renovação das funções urbanas e territoriais.

2.3. Sistemas de Informação

No decorrer de 2007, foi celebrado um protocolo com o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), para a utilização do seu Sistema de Informação Integrado do Fundo Social Europeu (SIIFSE), na qualidade de Gestor Integrado, no âmbito de QREN.

Atendendo à especificidade do Programa, com base nos formulários que se previam implementar ao nível do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e do Programa Operacional do Fundo Social Europeu para os Açores (PRO-EMPREGO), identificou-se um conjunto de formulários, de acordo com as tipologias de intervenção do Programa Rumos, que serviu de base para a contratação de serviços de consultadoria externa para a adaptação do SIIFSE ao Programa.

A DRQP tomou as medidas necessárias para implementação de uma solução de contingência, tomando como modelo o Sistema de Informação que foi utilizado no POPRAM III. Neste sentido foi adaptado o SIDRFP - FSE QCA III, tendo em consideração o desenho do novo programa, surgindo o SIDRFP - FSE QREN, com as funcionalidades suficientes para:

- Registar as candidaturas;
- Proceder à análise técnico – financeira;
- Output de listagens de apoio à gestão;
- Output de listas para Unidade de Gestão e para Homologação;
- Notificação às entidades, com o respectivo Termo de Aceitação;
- Emissão das Autorizações de Pagamento.

O IRE enquanto Organismo a ser objecto de futura delegação de funções de gestão (Organismo Intermédio) tem estado a colaborar na adaptação e implementação dos formulários e circuitos de análise e acompanhamento do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE).

Enquanto Organismo responsável pela execução de políticas públicas, o IRE aderiu ao projecto Formulários on-line, actualmente em fase de acertos e a ser equacionada a introdução de mais funcionalidades, de forma a melhorar a articulação com os beneficiários. Paralelamente, tem existido um esforço interno para a integração dos procedimentos num único sistema de informação que se prevê esteja operacional em 2008, no entanto, nesta fase existem soluções de contingência de resposta à gestão e acompanhamento.

2.4. Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

O Instituto de Desenvolvimento Regional, na qualidade de Autoridade de Gestão do Programa Rumos é responsável pela descrição do Sistema de Gestão e Controlo em conformidade com o Artigo 71.º (Criação dos sistemas de gestão e controlo) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, e o Anexo XII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

A preparação da elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Rumos teve o seu início apenas no final do mês de Dezembro de 2007.

Este trabalho teve como antecedentes uma reunião realizada em Lisboa, no dia 17 de Dezembro de 2007, promovida pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), Autoridade de Auditoria dos Programas Operacionais Temáticos e dos Programas Operacionais Regionais.

A reunião teve como principal objectivo reunir as Autoridades de Gestão dos PO, e desenvolver o tema “Quadro de Referência Estratégica Nacional – Avaliação dos sistemas de gestão e de controlo” através da discussão de temas como o Programa de trabalho a adoptar em 2008 nas auditorias de avaliação da conformidade dos sistemas de gestão e controlo, os seus requisitos e a respectiva definição do cronograma para o ano 2008 das tarefas inerentes ao Artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

De salientar ainda os aspectos que decorrerão do “*Compliance Assessment*”, tendo sido divulgado um exemplar do questionário para o parecer de conformidade – QREN a ser preenchido pela IGF aquando da análise do sistema de gestão e controlo.

Sobre o “*Compliance Assessment*” foram discutidas as “*Key Requirement*” que terão que ser satisfeitas pelas AG, permitindo obter um parecer favorável da IGF.

Finalmente foi definido um cronograma de trabalhos por parte da IGF junto às AG para avaliação do sistema de gestão e controlo.

3. Análise do progresso do Programa Operacional

Este capítulo pretende descrever o estado de avanço na realização do Programa, em termos de execução financeira e física do Programa Operacional.

3.1. Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Em conformidade com a alínea a) do art. N.º 82.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, Autoridade de Certificação do Programa Rumos, recebeu da Comissão Europeia, no dia 21 de Novembro de 2007, um adiantamento de 2% no valor de **2.500.000,00 Euros**, correspondente à participação do FSE, a transferir posteriormente para o IDR no primeiro trimestre de 2008 (Anexo 2).

3.2. Candidaturas apresentadas, aprovadas e excluídas

No ano de 2007 não houve apresentação de candidaturas.

3.3. Execução financeira do Programa Rumos e por eixo prioritário

No ano de 2007 não existiu qualquer execução financeira do Programa Intervir+ (execução nula).

3.3.1. Financiamento aprovado e despesa executada

Considerando que à data não ocorreu qualquer aprovação de operações, por conseguinte, não existe despesa executada ou anulação de montantes financeiros a registar (execução nula).

De referir igualmente que, não existem alterações substanciais que afectem as condições que justificaram a atribuição de comparticipação comunitária, nem foram registadas quaisquer alterações na repartição indicativa da programação do FSE por categoria de despesa.

3.3.2. Financiamento de grandes projectos e subvenções globais

No decurso do ano de 2007, a Autoridade de Gestão não utilizou as verbas afectas ao Eixo III – Assistência técnica (execução nula).

3.4. Execução física do Programa Operacional por Eixo Prioritário

Tratando-se o ano de 2007 do ano de implementação do Programa Rumos, não houve qualquer avanço na sua realização em termos de realização física ou de resultados alcançados.

Efectivamente até ao final do ano, não ocorreu qualquer aprovação de operações e por conseguinte, não existe execução física a registar no ano de 2007 (ver Anexo 3).

4. Acções de divulgação, informação e publicidade

A fim de garantir os objectivos subjacentes à divulgação, informação e publicidade a Autoridade de Gestão iniciou a preparação de todo o processo de criação da imagem e da própria estratégia de comunicação para o Programa. O ano de 2007 foi assim o ano em que se pensou a imagem em paralelo com a negociação do Programa.

No primeiro semestre de 2007, foram iniciados os trabalhos relativos à criação da marca, enquanto que no segundo, foram desenvolvidas todas as iniciativas necessárias ao lançamento do Programa.

Definiu-se como estratégia, a criação de uma marca de cariz simples e de fácil memorização. Uma marca dirigida ao espectro mais amplo da população, cuja denominação deverá ser indiciadora do naipe de benefícios que ela oferece ao seu Público-Alvo. Uma Marca que, apostando na Valorização das Potencialidades da Pessoa, contribuisse de forma decisiva para a Valorização e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira.

A criação da marca do Programa realizou-se em dois momentos: num primeiro momento a criação do nome comercial, português e de fácil memorização e, num segundo momento, a criação de uma imagem que se relacionasse com as pessoas e com o seu crescimento como cidadãos.

A complexidade e a indecifrábilidade do descritivo ou de uma abreviatura do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM – POVPHCS, impossibilitava a sua transformação em códigos de marca, pelo que a construção de uma marca que transmitisse o propósito a que o Programa se comprometia levou-nos a eleger a denominação Rumos.

O nome Rumos

- Simplifica a designação do Programa POVPHCS;
- Facilita a identificação e a memorização colectivas;
- Transmite a abertura de novos caminhos, novos horizontes, destinos e direcções, orientadores de novas oportunidades para a salvaguarda da qualidade de vida do Cidadão;
- Direciona novos Rumos para uma maior qualificação pessoal e profissional, mais conhecimento, melhores empregos, mais segurança no mundo do trabalho e maior produtividade da Região.

É com esta base de acção “Rumos” que se edificou a imagem corporativa da marca, transpondo para os seus elementos gráficos todos os valores estruturantes da aplicabilidade dos seus benefícios enquanto Programa de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social de uma RAM que também é geradora de experiências que tocam as mentalidades e a sua transformação, desejada por todos, sobretudo pelas novas gerações.



Uma Imagem gráfica cuja leitura pretende evidenciar:

- Uma cromia verde plena de significado positivo e harmonia; representando a esperança em novas oportunidades, marcando a perseverança, a firmeza, a segurança e a satisfação do atingir metas sempre ambicionadas. Uma cor Verde que Simboliza vida nova, energia e crescimento;
- Uma cor única (mono cor), ligada à simplicidade e funcionalidade do logótipo e indutora da sua fácil memorização colectiva;
- Uma imagem iconográfica do Humano incorpora o logótipo, trazendo para primeiro plano a Pessoa como elemento central da acção da marca. A sua posição, dinâmica de movimentos orientados para cima, pretende transmitir o futuro e os novos horizontes que a marca pela sua leitura despoleta.

Lema do Programa

Como o Plano de Comunicação ainda não existia na fase de lançamento do Programa Rumos, utilizou-se a frase de lançamento: **“Dá um novo Rumos à tua vida”**, que terá continuidade em 2008 até o Plano de Comunicação ser aprovado pela Comissão Europeia (previsto no primeiro semestre de 2008), com o objectivo de despertar a curiosidade por parte do público.

Esta frase será substituída pelo lema institucional do Programa, a definir no Plano de Comunicação, o qual acompanhará o período de execução do Programa Operacional.

Sítio web

No Sítio web do IDR, foi criada uma área para o Programa Rumos (www.idr.gov-madeira.pt/rumos) com vista a concentrar toda a informação, designadamente: as informações gerais, informações específicas, manuais, guias, regulamentos, sistema de informação, informação e publicidade, listagem dos beneficiários, etc.

Materiais Publicitários e de Merchandising

Foram preparados os seguintes produtos publicitários:

- Publicação do Programa em suporte papel e informático (CD e Sítio web do Programa);
- Desdobráveis;
- Flyers por cada Eixo Prioritário à excepção do Eixo 3 pelo facto de ter a ver com a Assistência Técnica;
- Cartazes para mupi's e autocarros;
- Anúncios publicitários para a imprensa escrita e revistas;
- Pastas para conferência;
- Blocos;
- Esferográfica;
- USB's;
- Vídeo de lançamento;
- Spot para a TV e Rádios, também de lançamento.

Todos estes materiais foram divulgados aquando da realização da Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa em Dezembro de 2007.

Medidas de Informação

A Autoridade de Gestão pretendeu assegurar, por um lado uma ampla divulgação do Programa, utilizando os mais variados meios de comunicação e por outro informações claras sobre as condições de elegibilidade, os procedimentos de análise das candidaturas e financiamento e dos prazos envolvidos, os critérios de selecção e os pontos de contacto a nível regional onde podem ser obtidas informações sobre o Programa.

Estas medidas pretenderam pautar-se pelos seguintes valores:

- Fiabilidade e Transparência - Como garantia de uma clareza plena de actuação e de informação das regras, das potencialidades e das vantagens competitivas do Programa.
- Facilidade de aproximação - Informação ao alcance de todos os cidadãos, potenciador da mobilização dos Beneficiários alvo e indutor do reconhecimento da sua relevância pelo público em geral.

- Modernidade e Dinamismo - Como valores de actualidade, de pertinência e de inovação, aceleradores de uma procura qualificada, ávida de conhecimento, de informação e de igualdade de oportunidades.
- Perceptibilidade e Eficácia - Como valores geradores da compreensão imediata da mensagem, da sua oportunidade e indutores da confiança e da urgência do Programa na consolidação do progresso e da competitividade dos Cidadãos da Região Autónoma da Madeira.

Para o lançamento do Programa Rumos, desenvolveu-se uma grande campanha de informação e publicidade com vista a abranger todo o público-alvo: entidades beneficiárias (potencias e finais) e público em geral.

Os meios utilizados abrangeram a comunicação social, a imprensa escrita regional, sopts televisivos e radiofónicos, anúncios publicitários em revistas, o Sitio Web e a newsletter do IDR, bem como outros meios (Anexo I):

■ Comunicação Social

Foram abrangidos os vários órgãos regionais: imprensa escrita, rádios e televisão, tendo sido divulgados: anúncios, comunicados de imprensa e o convite para a Sessão Pública de Apresentação Oficial, em Dezembro de 2007.

■ Imprensa escrita regional



■ Spots

Transmissão de um spot de apresentação do Programa na **RTP-Madeira**, com a duração de 1 minuto, durante 1 semana, de 18 a 24 de Dezembro, no horário nobre.

Transmissão nas Rádios (JM 88.8 e Rádio Popular) de um spot de apresentação do Programa, com a duração de 30 segundos, de 18 de Dezembro de 2008 a 17 de Janeiro de 2009.

■ Revistas na Companhia Aérea TAP

Anúncio publicitário: Revista UP – N.º 2 / Dezembro de 2007



■ Sítio web

Toda a informação disponível foi divulgada no sítio web do IDR na área reservada ao Programa Operacional.

■ Newsletter

A Newsletter n.º 19 – Dezembro de 2007 – 1250 exemplares, encontra-se disponível no endereço: <http://www.idr.gov-madeira.pt/pt/module.asp?MOD=Newsletters&CID=1041> e a sua distribuição foi via correio electrónico e via correio normal.



■ Outros meios:

Utilizaram-se Mupi's de Rua – nas principais ruas do Funchal (no centro e nas entradas e saídas da Cidade), num total de 16 cartazes, de 18 a 26 de Dezembro.



Abrangeram ainda Autocarros – anúncio no óculo traseiro de 25 autocarros a circular desde 18 de Dezembro de 2007 na Cidade do Funchal, com a duração de um mês e Salas de Cinema - apresentação do anúncio publicitário com a duração de 1 minuto, durante uma semana (de 20 de Dezembro a 2 de Janeiro) em 5 salas de cinema.

■ Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa Operacional.

A Autoridade de Gestão organizou uma Sessão Pública, aberta a todos os intervenientes (potenciais entidades beneficiárias) e ao público em geral, no dia 18 de Dezembro de 2007, na cidade do Funchal, no CIFEC - Centro Internacional de Feiras e Congressos do Madeira Tecnopolo.



Intervenção da Autoridade de Gestão do Programa, Dr. Sílvio Costa

Para a divulgação do convite da Sessão foram utilizadas várias formas de comunicação: suporte papel por correio normal, correio electrónico, sítio web e imprensa escrita.



Cada participante recebeu uma pasta com o Programa em suporte papel e em CD, um desdobrável e 5 flyers relativos aos Eixos I, II, III, IV e V e um bloco, uma esferográfica e um USB alusivo ao Programa.

■ Desdobrável



■ Flyers



Plano de Comunicação

Em 2007, a Autoridade de Gestão deu início à preparação do processo de consulta prévia a três empresas na área da Comunicação, no sentido de adjudicar uma proposta para o Plano de Comunicação. A consulta foi no entanto adiada para o início do ano seguinte, devido ao facto dos dados preliminares do Estudo do impacto das acções de informação e Publicidade, encomendado pelo IDR, no âmbito do POPRAM III, à empresa AEM – Análise Estatística da Madeira, só estarem disponíveis nessa altura.

A preparação do Plano de Comunicação irá ter por base referenciais como o Livro Branco sobre “Uma Política de Comunicação Europeia”, de 1.2.2006, os Regulamentos da Comissão Europeia aplicáveis, os normativos nacionais e a própria Decisão do Programa, bem como o já referido Estudo do Impacto das Acções de Informação e Publicidade.

No que diz respeito a acções promovidas pelos Organismos que serão objecto de delegação de funções de gestão, foram realizadas pela Direcção Regional de Formação Profissional (em parceria com o organismo da Administração Regional responsável pela política de Educação), três sessões de informação, no Funchal, Santa Cruz e Ribeira Brava, para um conjunto de escolas, informando-os da existência do Programa Rumos e das suas principais características, nomeadamente em termos da possibilidade de financiamento dos Cursos de Educação e Formação.

No que respeita ao Portal da Direcção Regional de Formação Profissional, foram colocadas informações de apoio aos potenciais beneficiários, nomeadamente:

- O texto do Programa;
- As tipologias de intervenção, os seus objectivos, beneficiários, público alvo e critérios de selecção dos projectos;
- A regulamentação aplicável;
- As regras de informação e publicidade;
- Os formulários de candidatura provisórios.

Relativamente ao IRE, durante o ano de 2007 não foi efectuada nenhuma acção de divulgação específica, no entanto este organismo quando faz a divulgação das medidas de emprego refere sempre nos seus documentos o co-financiamento do Programa aplicável e sempre que participa em feiras e eventos.

5. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional

O ano de 2007 foi o ano das negociações do Programa, o que constituiu um constrangimento ao bom e atempado desenvolvimento dos instrumentos de aplicação do Programa, isto por envolver ou canalizar necessariamente recursos para uma dimensão diversa.

As articulações que decorreram, quer com as Autoridades Nacionais, quer com as Autoridade Comunitárias, embora com algumas delongas, foram determinantes para levar a bom termo o resultado das negociações.

Acresce ainda referir que, embora a Região se encontre num enquadramento diverso dos restantes Programas do QREN, o Programa beneficiou das articulações que se desenvolveram após as decisões de aprovação dos Programas.

Neste contexto, deve ser referenciada a articulação verificada entre o IGFSE e a Autoridade de Gestão, tanto no que respeita aos trabalhos de preparação da regulamentação específica, como no que se refere ao desenvolvimento do SIIFSE (Sistema de Informação).

Porventura será de referir a alteração orgânica do Governo Regional e consequentes repercussões nas diferentes orgânicas dos serviços públicos, a qual, embora não sendo um elemento identificado como resultante do Programa, influenciou, pelo contexto de incerteza que provocou, toda a actividade do IDR e do(s) organismo(s) associados à preparação e implementação do Programa, com os consequentes atrasos e constrangimentos na definição de políticas e na concepção dos instrumentos necessários à implementação do Programa.

O processo de associar à gestão do Programa dois organismos intermédios, bem como, implementar a figura do BREPP, afigurou-se demorado, tendo em conta tudo o que um processo desta natureza implica.

A aprovação tardia do PO e, consequentemente, de toda a regulamentação aplicável, originou a não abertura de candidaturas em 2007, provocando constrangimentos nos potenciais beneficiários, nomeadamente no que respeita aos responsáveis pela formação no âmbito dos sistemas de ensino, que tiveram que avançar com os seus projectos, sem informação sobre uma possível aprovação dos mesmos.

Igualmente em matéria de Sistema de Informação, os trabalhos de implementação do SIIFSE, com conclusão prevista para o final de 2008, também originaram dificuldades ao nível, quer dos beneficiários, quer das estruturas de gestão, pela dificuldade de estabilizar normas e processos de trabalho, bem como pela necessidade criar e de utilizar sistemas alternativos, de contingência.

Contudo, é de destacar a parceria estabelecida entre o IGFSE e a Gestão do Programa no que se refere à integração do Programa Rumos no Sistema de Informação do FSE, correspondendo a uma inovação no contexto da gestão do FSE na Região.

Acresce ainda referir que o calendário dos trabalhos tem vindo a ser cumprido, evoluindo o desenvolvimento do Sistema em função dos trabalhos realizados no âmbito do POPH, metodologia que vai no sentido do aproveitamento de recursos e sinergias.

Por fim, e relativamente a determinados elementos necessários à eficaz implementação do Programa, associados nomeadamente à coordenação do processo de Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e do processo de monitorização estratégica e operacional, e outros, um aspecto que tem introduzido alguns constrangimentos, tem sido a ausência de articulação, ou pelo menos, mais directa, como a que foi estabelecida na fase de negociação do Programas, no âmbito do QREN, que trouxe para essa fase várias economias de escala na preparação de todo o referencial necessário.

6. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias

Em 2007 foi dado a conhecer o projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna, as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março e ainda no final do ano, a 10.12.2007, deu entrada nos serviços do IDR, documento oriundo do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), entidade que integra a Comissão de Coordenação Técnica do QREN, no qual se dá conhecimento de versão final de documento apresentado pela Comissão Europeia ao Comité de Coordenação dos Fundos, relativo a correcções financeiras a aplicar a irregularidades em sede de contratação pública.

Da sua análise resulta claro que é firme intenção do Comissão Europeia adoptar tal documento e da mesma forma se pode concluir que este se aplica não só ao período de programação 2000-2006, como ao período 2007-2013. Por outro lado, é inequívoco que esse documento também se aplica, quer a irregularidades detectadas no âmbito de financiamentos pelos fundos estruturais, quer pelo fundo de coesão.

Parece igualmente claro que esse documento deverá ser adoptado por todos os níveis de auditoria, mas também ao nível das verificações a efectuar pelas autoridades de gestão no âmbito do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006.

Durante o ano de 2007, quer a Autoridade de Gestão, quer os Organismos a quem serão delegadas funções de gestão, iniciaram os procedimentos internos subjacentes às medidas a adoptar para garantir a compatibilidade com as dimensões horizontais das políticas comunitárias, nomeadamente no que respeita a regras de contratação pública, igualdade de oportunidades e questões ambientais.

Por ser matéria em que a prática transferida do quadro de programação anterior pouco valor trouxe, a Autoridade de Gestão, pretende aprofundar estas temáticas horizontais e desenvolver instrumentos específicos de modo a integrar a análise dessas dimensões horizontais no Programa através dos instrumentos de gestão, a qual terá por suporte um “check-list” sobre essas matérias, quando aplicável, com o objectivo de sensibilizar os promotores para essas questões, e que será disponibilizada em sede de formulário e de guias ou manuais associados.

No que diz respeito à promoção da Igualdade de Oportunidades para todos e mais particularmente da Igualdade de Género, podemos adiantar que esta prioridade tem constituído preocupação das políticas regionais sendo de salientar os trabalhos desenvolvidos em 2007 para a aprovação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades em 2008.

Ao nível do Programa Rumos a observância dos projectos em sede de candidatura, deverá contemplar as recomendações propostas pelo GT Igualdade de Oportunidades, que funcionou no QCA III, nos Estudos e documentos resultantes da sua actividade.

No que respeita à dimensão da igualdade de oportunidades, também para esta tipologia de intervenção, deverá constar, no formulário e no guia de candidatura, que o promotor não poderá, quer na actividade empresarial quer nas políticas de recursos humanos, utilizar qualquer processo ou instrumento que leve ou favoreça uma discriminação negativa quanto ao género, raça, etnia, religião ou condição física/social dos seus colaboradores, fornecedores ou clientes.

Embora na fase de programação se tenha concluído que os Programas Operacionais co-financiados pelo FSE não careçam de AAE, situação que abrangeu o Programa Rumos, nos procedimentos de análise e selecção de candidaturas, designadamente no âmbito do Eixo Prioritário Educação e Formação será relevada, sempre que tal se justifique, a incorporação nas acções de formação/emprego (nomeadamente, na estrutura curricular dos cursos) de módulos relativos ao ambiente e desenvolvimento sustentável.

7. Evolução previsível para o ano seguinte

No que se refere a previsões da execução financeira, o presente e último capítulo procura, na medida do possível, dar uma antevisão dos progressos expectáveis para o ano de 2008.

No primeiro trimestre de 2008, a AG terá concluído a elaboração dos Manuais de Procedimentos, um para cada Eixo prioritário, bem como, o Manual de Procedimentos que suporta à gestão na análise das operações apresentadas pelo BREPP. Por outro lado, será igualmente produzido e disponibilizado no sítio web o guia do beneficiário.

Para além dos Manuais, será finalizada a elaboração da documentação de apoio à análise das operações, nomeadamente, fichas de análises de candidaturas e check-lists.

Estão em fase de revisão final os Manuais do IRE enquanto Organismo Intermédio e enquanto Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP). Englobam o Manual Rumos – Eixo II (na qualidade de BREPP) - II regulamentos específicos, um para cada Sub -Tipologia do Programa Rumos, contendo o “Guia do Beneficiário” e os procedimentos internos necessários à análise, decisão e acompanhamento.

A DRFP, ao nível dos regulamentos, manuais e procedimentos, perspectiva a sua estabilização, após o período de transição e de utilização de soluções de contingência.

No prazo estipulado na alínea a) do artigo n.º 65.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, a CA aprovará os critérios de selecção em falta.

Com a finalização desta documentação, a AG estará em condições de analisar candidaturas e consequentemente proceder à sua aprovação.

A Autoridade de Gestão, no primeiro trimestre do ano, procederá ao envio de um primeiro conjunto de orientações em matéria de Contratação Pública, Auxílios de Estado, Igualdade de Oportunidades e Regras Ambientais, direccionadas para os organismos da administração pública com os quais se preveja ou tenha já sido efectuada delegação de competências.

A Autoridade de Gestão do Programa Rumos, prevê apresentar à Comissão Europeia no primeiro semestre de 2008, uma descrição do sistema de gestão e controlo, o qual deverá abranger todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da autoridade de gestão, da autoridade de certificação, dos organismos intermédios, da autoridade de auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade, para posterior emissão do parecer de conformidade pela Inspecção-Geral de Finanças, autoridade de auditoria, e do qual deverão constar os resultados da avaliação do sistema criado, referenciado no art.º 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

Prevê-se a celebração de contratos de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão do Programa Rumos e o Instituto Regional de Emprego (IRE) e a Direcção Regional de Formação Profissional (DRFP), mediante os quais estes organismos ficarão associados à gestão do programa.

Relativamente ao desenvolvimento do Plano de Avaliação Global do Programa, prevê-se o início da articulação com a Coordenação do QREN em matéria de Avaliação On Going e inclusive com o próprio Plano de Avaliação do QREN, cujos trabalhos se deverão iniciar em 2008.

Para o ano de 2008, e no âmbito das medidas de Informação e Publicidade, a Autoridade de Gestão tem previsto o desenvolvimento de um conjunto de acções, designadamente associadas à preparação do Plano Estratégico de Comunicação (PEC) do Programa Rumos, através da contratação de uma entidade externa com experiência na área e sob a coordenação da Divisão de Informação e Publicidade, e ao respectivo envio à Comissão Europeia, no cumprimento do estabelecido pelos Regulamentos Comunitários.

Prevê-se ainda a implementação do PEC e a preparação e publicitação da Listagem de Beneficiários cujas operações serão aprovadas no âmbito do Programa Rumos, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1828/2006 de 8 de Dezembro – Artigo 7, ponto 2, alínea d), através do JORAM (Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira) e do Sítio web www.idr.gov-madeira.pt/rumos.

No âmbito do Sistema de Informação e relativamente ao projecto de adaptação do SIIFSE ao Rumos, prevê-se concluir o desenvolvimento das funcionalidades programadas no sentido de garantir a recolha de informação necessária à gestão do Programa.

Enquanto que a adaptação não estiver concluída, será utilizado uma solução de contingência, tomando como modelo o Sistema de Informação que foi utilizado pela Gestão da Componente FSE do POPRAM III, o Sistema de Informação da Direcção Regional de Formação Profissional – FSE do QCA III (SIDRFP). Este sistema será adoptado, tendo em consideração o desenho do Rumos, surgindo o SIDRFP – FSE – QREN.

Em matéria de monitorização operacional da intervenção do FSE, serão criados mecanismos de recolha e sistematização que permitam a agregação necessária para a prestação de informação que garanta uma visão de conjunto do progresso da implementação do Programa.

Em 2008 serão introduzidos no sítio do IRE em www.ire.gov.pt os logótipos do QREN, FSE e Programa Rumos e todos os documentos on-line contêm a referência ao FSE.

Serão igualmente colocados no sítio do IRE os diferentes “Guias do Beneficiário” tendo em vista informar, apoiar e orientar.

Por fim, e no contexto dos fluxos financeiros com a Comissão, no quadro em baixo apresentam-se as previsões de execução financeira para o ano de 2008:

Quadro 5 - QREN - Previsão dos Pedidos de Pagamento Intermédio à CE para 2008

(Euros)

PO	2008	
	Despesas Elegíveis Totais (*)	FSE
EPI	11.596.208	9.260.966
EP2	3.882.944	3.090.355
EP3	360.848	272.678
TOTAL	15.840.000	12.624.000

(*) - Corresponde ao Custo Total = FSE + Contribuição Pública Nacional + Financiamento Privado

De acordo com o n.º 2 do art.º 52.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, perspectiva-se que até 31 de Janeiro de 2008, seja apresentada, pelo IRE, despesa referente ao ano de 2007, de acordo com o Decreto Regulamentar.

Perspectiva-se que o montante global a aprovar associado a essa despesa de 2007 seja na ordem dos 3.800 mil, abrangendo 1317 pessoas desempregadas nas diferentes medidas de emprego e 28 pessoas portadoras de deficiência (medida de subsídios de compensação e prémios de integração). Em termos de participação das mulheres estima-se uma taxa de 73%.

Em suma, a reflexão aqui introduzida permite-nos antever progressos significativos para o ano subsequente, esperando-se uma recuperação dos atrasos verificados de modo a prever um início do Programa com um bom ritmo de execução.

Fundamentalmente, consideramos que existem condições para que no ano de 2008 venham a ser implementados todo o conjunto de regras, regulamentos e normativos que constituem o quadro legal em que assenta o desenvolvimento dos Programas Operacionais. Desta forma, estarão ultrapassados os formalismos que permitirão a aprovação de candidaturas no âmbito deste Programa e como tal, é expectável que, atendendo aos níveis de realização de alguns projectos passíveis de apoio, seja certificada despesa.

Esta possibilidade, constitui uma vertente essencial para a Gestão, tanto no que concerne a uma efectiva operacionalização do Programa, como também, no que respeita à dinâmica que é necessária para o cumprimento da regra $n+3$, que recorde-se, tem no caso da RAM um patamar elevado que a programação estabelece. Adicionalmente com os critérios de selecção estabelecidos, há razões para crer que em 2008 se poderão alcançar estes objectivos de forma clara, transparente, rigorosa e coerente.

Ainda uma última nota, indo ao encontro do empenho demonstrado pelas equipas que tem estado envolvidas na implementação do Programa e para todos quanto têm colaborado directa ou indirectamente com a Gestão do Programa, pois a sua acção tem constituído um elemento determinante para um arranque sem constrangimentos de maior.

Anexos

Quadro 6 - Ficha de Programa (Anexo I)



PROGRAMA: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Madeira

OBJECTIVO: Competitividade Regional E Emprego

CÓDIGO CCI: 2007 PT 05 2 PO 001

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5334 de 26-10-2007

Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de...	Concurso	
				Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP1 - Educação e Formação	Qualificação Inicial		26.II.2007		
	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida		26.II.2007		
	Formação Avançada		26.II.2007		
EP2 - Emprego e Coesão Social	Transição para a Vida Activa		26.II.2007*		
	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local		26.II.2007*		
	Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho		26.II.2007		
EP3 - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica				

* Na comissão de Acompanhamento de 26.II.2007 houve aprovação de parte dos critérios de selecção, com excepção dos critérios das tipologias "Assistência e orientação para a inserção na vida activa" e "Prémio à auto - colocação".

Quadro 7 - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (Anexo 2)



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

PROGRAMA: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Madeira

OBJECTIVO: Competitividade Regional E Emprego

CÓDIGO CCI: 2007 PT 05 2 PO 001

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5334 de 26-10-2007

Anexo IV - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia

Pagamentos aos Beneficiários			Pagamentos da CE		Taxa*
Organismo responsável	Data do Pagamento	Montante	Data do Pagamento	Montante	
			21-Nov-07	2.500.000,00	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE

Quadro 8 - Indicadores de Realização Física (Anexo 3)

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicador de Realização	Ventilação	2007	Meta (média anual)
Eixo I - Educação e Formação	> Sistema de Aprendizagem	N.º de jovens abrangidos	Género	0	1.600
	> Cursos Profissionalizantes	em acções de dupla	Nível de escolaridade		
	> Cursos de Educação e Formação	certificação			
	> Cursos de Qualificação / Reconversão /	N.º de activos abrangidos	Género	0	1.000
	Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	em acções de formação			
	> Formação Profissional da Administração	N.º de Funci. Públicos abrangidos	Género	0	4.000
	Pública	em acções de formação			
	> Acções de Formação-consultoria	N.º de PME's abrangidas	Por dimensão de empresa	0	50
	> Formação de Docentes e Formadores	N.º de professores e formadores abrangidos	Género	0	2.000
		em acções de formação profissional	Público-alvo		
	> Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	Género	0	550
	> Bolsas para Professores / Investigadores	N.º de pessoas que se encontram abrangidos	Género	0	200
	> Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento	por uma destas bolsas ou por estes programas	Tipologia de Bolsa		
Eixo 2 - Emprego e Coesão Social	> Estágios Profissionais	N.º de estagiários apoiados	Por género e por tipo de entidade	0	230
	> Assistência e orientação para a inserção na vida activa	N.º de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Por género	0	350
	> Prémios à auto-colocação	N.º de postos de postos	Por género e por público-alvo	0	144
	> Apoios à Contratação	de trabalho apoiados			
	> Apoios à Criação do Próprio Emprego				
	> Iniciativas Locais de Emprego				
	> Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família	N.º participantes apoiados	Por género e por público-alvo	0	119
	> Formação/Emprego				
	> Clubes de Emprego	N.º de clubes de emprego	Por tipo de entidade	0	17
	> Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	apoiados			
	> Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência				
	> Ocupação de Desempregados	N.º participantes apoiados	Por género, por tipo de entidade e por tipo de público-alvo	0	432
	> Empresas de Inserção				
	> Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção				

FONTE DE INFORMAÇÃO: Sistema de Informação do PO.

Quadro 9 - Indicadores de Resultados (Anexo 4)

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicador de Realização	2007	Meta	
				2010	2015
Eixo I - Educação e Formação	> Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	N.º de diplomados com dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II e 12º ano de escolaridade e nível III)	0	1.050	2.800
	> Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	Taxa de participação da população activa em acções de formação profissional N.º de adultos certificados em processos RVCC	0%	16%	28%
	> Desenvolver a formação dirigida às PME	(só indicador de realização)			
	> Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	N.º de bolseiros apoiados que concluíram a pós-graduação, mestrado, doutoramento ou pós -doutoramento	0	150	650
Eixo 2 - Emprego e Coesão Social	> Apoiar a integração profissional de jovens	% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua conclusão.	0%	63%	67%
	> Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho	% de jovens que tendo frequentado uma acção de informação e orientação profissional obtiveram emprego 12 meses após a sua participação	0%	50%	50%
	> Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial	% de postos de trabalho criados ^I	0%	100%	100%
	> Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho	% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua conclusão.	0%	70%	74%
	> Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local	% de clubes de emprego mantidos após um ano	0%	90%	90%
	> Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho	% dos participantes que obtiveram emprego, dos participantes 6 meses após a sua participação.	0%	25%	28%
Eixo 3 - Assistência Técnica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)	0%	100%	100%
		> N.º de visitas ao sítio internet	0	4.000	4.000


I Resulta da percentagem de postos de trabalho criados em relação ao total dos postos de trabalho aprovados. A aferição deste indicador faz-se logo após o tempo determinado em cada acção para criação dos postos de trabalho e que varia entre 2 meses a 12 meses.

FONTE DE INFORMAÇÃO: Sistema de Informação do PO.

Quadro I0 - Quadro - I&P - Rumos (Anexo 5)

INSERÇÃO DE PUBLICIDADE - 2007

Comunicação Social				
Meio	Data	Tipo de Publicidade	Condições de acesso	Tiragem/share
Jornal da Madeira	12 de Dezembro	Artigo + convite para Sessão Pública	Pago	9 Mil exemplares/dia
	14 de Dezembro	Convite para Sessão Pública		
	18 de Dezembro	Publicidade		
	19 de Dezembro	Artigo	Gratuito	
Diário de Notícias	19 de Dezembro	Artigo	Gratuito	17.683 exemplares/dia
Rádio JM - 88.8	18.12.2007 a 17.01.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
Rádio Popular (gratuito ao abrigo do Protocolo com o Governo Regional)	18.12.2007 a 17.01.2008	2 anúncios x dia	Gratuito	Não existem dados
RTP-Madeira	18.12.2007 a 24.12.2007	2 anúncios x dia	Pago	90.000 a 120.000 de audiência/dia
Outros Meios de Publicitação				
Meio	Data	Tipo de Publicidade	Condições de acesso	Tiragem/share
Mupi's de Rua - Funchal	18 a 25.12.2007	16	Pago	16
Autocarros - Funchal	18.12.2007 a 17.01.2008	25		25 - circulação diária
Salas de Cinema - 5 Salas - Castello Lopes	20.12.2007 a 02.01.2008	Todos os dias - antes de cada sessão		Todos os dias - antes de cada sessão
Revista N° 2 UP - TAP	Dezembro	1 anúncio		65 Mil exemplares/mês



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

PORTUGAL 2007-2013



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu



